

A INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA NOS ANOS 2000



Observatório do Trabalho da Bahia

A INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA NOS ANOS 2000

Contrato de Prestação de Serviços Nº. 004/2011 – SETRE-BA e DIEESE



SECRETARIA DO TRABALHO,
EMPREGO, RENDA E ESPORTE

Salvador,
2013

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

A INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA NOS ANOS 2000.
2013. 68p.

Textos/coordenação Flávia Santana Rodrigues, Natã Vieira.

Fotografias Marcelo Reis, Secom / Bahia

Salvador, Bahia

ISBN **978-85-65947-02-2**

1.-TRABALHO. 2.- INFORMALIDADE. 3.- MERCADO DE TRABALHO. 4.- DE-
SIGUALDADE NO TRABALHO 5.-TRABALHO AUTÔNOMO. 6.-TRABALHO
NA BAHIA

CDU 338.338.1

**SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE
DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Governador

Jaques Wagner

Vice-Governador

Otto Alencar

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Nilton Vasconcelos

Chefe de Gabinete

Elias Dourado

Superintendente de Desenvolvimento do Trabalho

Maria Thereza Andrade

Superintendente de Economia Solidária

Milton Barbosa de Almeida Filho

Diretora-Geral

Nair Prazeres

SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Endereço: 2ª Avenida, nº 200, Plataforma III 3º andar - CAB

Salvador - Bahia - Brasil - CEP: 41.745-003

<http://www.setre.ba.gov.br>

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico/Coordenador de Pesquisas
Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Coordenação Geral do Projeto

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento
Angela Maria Schwengber – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Ana Georgina Dias – Supervisora do Escritório Regional do DIEESE na Bahia

Equipe Técnica Responsável pelo Projeto

Flávia Santana Rodrigues – Natã Vieira

Equipe Executora

DIEESE – Departamento Intersindical
de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DA BAHIA

2ª Avenida, nº 200, Plataforma III – 3º andar – CAB
Salvador - Bahia – Brasil – CEP: 41.745-003
Fone: (71) 3115 16 35
E-mail: observatorioba@dieese.org.br
<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/>

Sumário



Apresentação	7
Introdução.....	8
Nota Metodológica.....	10
 CAPÍTULO 1	
Estrutura Geral do Mercado de Trabalho da Bahia, Nordeste e Brasil	15
 CAPÍTULO 2	
Desigualdades no Mercado de Trabalho da Bahia, Segundo Atributos Pessoais do Trabalhador.....	23
 CAPÍTULO 3	
Principais Características da Heterogeneidade Ocupacional na Bahia	29
 CAPÍTULO 4	
Desagregação Intrateritorial da Estrutura Ocupacional da Bahia	45
 Conclusão	 53
Glossário	59
Anexos.....	63
Referências Bibliográficas	68



Foto: Carol Garcia/SECOM-BA

Apresentação



Esse estudo temático tem como título **A informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000** e faz parte do plano de atividades do Observatório do Trabalho da Bahia (OBA), parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia – SETRE (Convênio Nº. 004/2011).

O objetivo deste estudo é compor o diagnóstico recente da informalidade no mercado de trabalho da Bahia, considerando a significativa heterogeneidade de sua estrutura ocupacional. Para tanto, foi montado um perfil dos trabalhadores nas diferentes posições ocupacionais, enfatizando, sobretudo, aquelas que são desprovidas de proteção social, em oposição ao emprego formalizado ou, mais especificamente, ao empregado com carteira de trabalho assinada. Além disso, investigaram-se as variações na estrutura ocupacional, de acordo com a localização geográfica dentro do estado.

A fonte estatística selecionada foi o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o período temporal abrange a década compreendida entre os anos 2000 e 2010.

O estudo está dividido em quatro capítulos, além da introdução, nota metodológica, anexo, glossário e conclusão. A análise refere-se, inicialmente, à estrutura geral do mercado de trabalho da Bahia, comparada à do Brasil e da Região Nordeste. Na sequência, abordam-se as diferenças nas oportunidades de acesso ao mercado baiano, segundo os atributos pessoais do trabalhador, as principais características de sua estrutura ocupacional, e por fim, como essa estrutura ocupacional está desagregada geograficamente dentro do território estadual.

Introdução



Uma das principais marcas do mercado de trabalho brasileiro é a heterogeneidade¹ e a informalidade é um dos traços mais marcantes das múltiplas e complexas condições de trabalho praticadas no Brasil. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, praticamente metade da população ocupada nas regiões metropolitanas encontra-se na condição de desproteção social (sem cobertura trabalhista, previdenciária e negociação coletiva). Este tema tem sido um desafio para o movimento sindical que, através do DIEESE, em convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolve um projeto sobre o fenômeno, bem como para gestores públicos que, buscando conhecer como se comporta a informalidade, pretendem agir sobre ela de modo mais preciso. A informalidade também é um tema controverso no meio acadêmico, com diferentes conceitos e abordagens metodológicas.

Por informalidade são entendidas as relações no mercado de trabalho que implicam ausência de proteção social, tanto no que diz respeito à cobertura da legislação trabalhista, quanto na falta de amparo resultante de negociações coletivas conduzidas por representações sindicais de trabalhadores (DIEESE, 2012).

De acordo com o DIEESE², o fenômeno da informalidade: “... não pode ser entendido sem se considerar o processo histórico de formação do mercado de trabalho nacional e as tendências recentes da organização da produção, da estrutura produtiva e das relações de trabalho no Brasil” (DIEESE, 2012, p. 165).

Ainda segundo DIEESE:

“o processo de industrialização, em meio ao qual se construiu o mercado de trabalho brasileiro, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma estrutura produtiva composta de setores, que apresentam grandes diferenciais de rendimento, produtividade e acesso às novas tecnologias, por um lado, e ampla oferta de mão de obra,

1 - Característica presente no mercado de trabalho de países menos desenvolvidos socioeconomicamente, incluindo o Brasil. Nesses países, as situações de emprego, desemprego e subemprego se combinam e dessas sobreposições surgem inúmeros tipos de arranjos ocupacionais, muitas vezes dotados de grande precariedade nas condições e relações de trabalho.

2 - Para outros estudos do DIEESE sobre a informalidade, consultar: DIEESE, 2012; OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DE CURITIBA, 2011 e MAIA; GARCIA, 2011.

por outro, o que resultou em múltiplas formas de ocupação, com diferentes níveis de qualificação, remuneração e acesso à proteção social.” (DIEESE, 2012, p. 165).

A partir da década de 1990, o tema ganha ainda mais importância, dado que o país passa por profundos ajustes na economia, caracterizados por desestruturação produtiva, elevação acentuada das taxas de desemprego e aumento das formas precárias de inserção no mercado de trabalho. É nesse período que se observa um movimento do capital na busca de flexibilização de mão de obra. Através da:

“...utilização de relações de trabalho que fogem do assalariamento padrão, sob modalidades diversas, despontou, assim, como uma estratégia promissora à acumulação capitalista, aumentando sobremaneira o espaço econômico ocupado pela dita “informalidade” (Gonzales & Silva, ano, p. 241).

Nesse contexto, se observou o aumento da informalidade motivado pela procura por vantagens competitivas fundadas em baixa remuneração, aumento do trabalho e ausência de proteção social.

Com os anos 2000, houve um processo de retomada do crescimento econômico de forma mais intensa a partir de 2004 e isso se refletiu positivamente no crescimento contínuo e expressivo do emprego formal, que teve o seu ritmo desacelerado, após setembro de 2008³, por conta da crise internacional. Concomitantemente, os tipos de inserção precários (empregos subcontratado, sem carteira assinada e por conta própria), que denotam informalidade do vínculo empregatício, também cresceram em números absolutos no período, a despeito de o fazerem em um ritmo menor. Contudo, em termos percentuais, as referidas ocupações perderam participação em relação ao total de ocupados. Devido a sua significativa parcela no contingente total de trabalhadores e para dimensionar à sua retração no contexto mais recente de crescimento econômico, a informalidade permanece extremamente relevante como tema para investigação.

Ao gestor público, dimensionar a informalidade é importante, pois diz respeito a uma realidade econômica que envolve grande número de indivíduos que vivem à margem da proteção social, sem cobertura da previdência, pois não são contribuintes da mesma, e ocupam postos de trabalho que se caracterizam pela instabilidade, insegurança e precariedade. A informalidade preocupa porque acaba se tornando um impeditivo para a consolidação de uma rede de proteção social sólida, que garanta, dentre outros benefícios e direitos, um descanso futuro remunerado aos trabalhadores aposentados.

.....
³ - Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a desaceleração na geração de empregos formais com carteira assinada (dados ajustados) foi registrada pela diminuição das variações absolutas ocorridas a partir de 2008: 49.196 postos de trabalho, entre os anos 2009-2008, 24.585 postos (2010-2009) e -50.217 postos (2011-2010).

Nota Metodológica



No presente estudo, o conceito de informalidade utilizado advém da interpretação que o DIEESE vem desenvolvendo sobre o tema⁴, adaptando-a à metodologia do Censo Demográfico, maior fonte estatística do país, realizada decenalmente pelo IBGE. Assim, nessa análise, a informalidade compreende todos os trabalhadores que estão empregados sem carteira assinada (emprego ilegal⁵) e que estão por conta própria⁶, trabalhando de forma independente e realizando sozinho ou com a ajuda de parentes a sua atividade ou desenvolvendo o seu negócio.

O trabalho doméstico, independentemente da carteira assinada ou não, não assegura a totalidade dos direitos trabalhistas e proporciona, geralmente, uma jornada mais extensa e remunerações mais baixas, além de uma baixa sindicalização. Por possuir estas características, comuns a um vínculo de trabalho precário frente ao emprego formal (celetista e estatutário), os trabalhos domésticos com e sem carteira serão quase sempre detalhados na estrutura ocupacional ao longo do estudo.

Ainda assim, o trabalho doméstico não será tratado como uma categoria a mais da informalidade, visto que tem uma natureza bastante peculiar e distinta do emprego assalariado típico ao sistema capitalista, sendo realizado: na residência do empregador, que tem natureza jurídica de pessoa física; sem finalidade lucrativa para o trabalhador ou para quem o emprega e tendo a relação profissional (capital x trabalho) afetada pelas fortes relações interpessoais (DIEESE, 2012).

O Censo não permite desagregar o trabalho doméstico além da formalidade do vínculo e com isso não os subdivide em mensalistas e diaristas, como o faz a PED. Assim, esse detalhamento, apesar de ser considerado relevante, não será analisado neste estudo.

4 - O DIEESE está desenvolvendo um projeto sobre informalidade, intitulado Redução da informalidade por meio do diálogo social. Configura-se no produto do convênio assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em outubro de 2009, e tem um prazo de três anos para a sua execução. Tem como objetivo estimular a discussão e o surgimento de propostas para reduzir o trabalho informal no país. No âmbito desse projeto, já foram construídos cinco projetos pilotos, a partir de cadeias produtivas com grande incidência da informalidade: comércio, em Porto Alegre; construção civil, em Curitiba; confecção, no agreste de Pernambuco; agrícola (agronegócio), em Goiás e agrícola (agricultura familiar), em Santa Catarina.

5 - Definido pela ausência da carteira de trabalho assinada, deixando o trabalhador descoberto em relação à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legislação que rege os direitos trabalhistas, previstos constitucionalmente.

6 - Ressalte-se que, quando este tipo de trabalhador faz a contribuição privada para a previdência social consegue garantir a sua proteção, através de diversos benefícios e direitos trabalhistas.

Os pequenos empregadores serão outra categoria ocupacional analisada, de forma específica e pontual, em alguns capítulos do estudo. O objetivo é dimensionar a quantidade de microempregadores existentes na Bahia durante o período analisado. Esse segmento tem características que o tornam fragilizado e com dificuldades de atuar no segmento formal do mercado de trabalho, sendo algumas delas: desvantagem na competição em escala de produção e preços de comercialização em relação aos empregadores de grande porte, dificuldade de oferecer garantias para a liberação de empréstimos e financiamentos, permanência instável, com nível alto de mortalidade dos negócios, etc.

Tal segmento foi investigado em estudo recente do DIEESE (2011, p. 169) sobre a informalidade urbana, a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no qual se afirma que: “A informalidade metropolitana é composta por: emprego subcontratado, emprego ilegal, conta própria, pequenos empregadores e empregados domésticos”. Isso porque, neste estudo, depreende-se que os empregadores têm características comuns aos trabalhadores informais: “...os pequenos empregadores, parcela residual dos trabalhadores independentes, cuja reduzida capitalização e rentabilidade sinaliza inserção similar à dos trabalhadores por conta própria...”.

O critério de porte dos empregadores no Censo leva em consideração o número de empregados, dividindo-os em dois grupos: de um a cinco empregados e com seis empregados ou mais. Portanto, serão enfatizados como pequenos empregadores, aqueles com até cinco empregados.

Como contraponto às posições ocupacionais tidas como informais, está o emprego formal ou protegido, importante parâmetro para discutir as mudanças ou permanências no mercado de trabalho, sendo imprescindível para se fomentar oportunidades de trabalho consoantes com o conceito de Trabalho Decente⁷, desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Após estas considerações, no decorrer da análise, além de abordar a heterogeneidade de posições ocupacionais captadas pelo Censo, também serão destacadas as ocupações informais, em oposição ao total do emprego formalizado (empregados com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários) ou em relação aos empregados com carteira de trabalho assinada.

Estas ponderações metodológicas são fundamentais para se atingir o objetivo geral do estudo, que consiste em estudar a informalidade no mercado de trabalho da Bahia, através da análise da heterogeneidade da estrutura ocupacional local, discriminando as suas variações intrarregionais.

.....
⁷ - Segundo a OIT, o trabalho decente se efetiva quando há trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Consequentemente, a redução da informalidade é condição necessária para a promoção do trabalho decente.

Pretende-se, com este estudo, contribuir para a formulação de indicadores que possam auxiliar a Agenda Bahia do Trabalho Decente no acompanhamento e avaliação de programas e políticas de vários de seus eixos de prioridade. Uma vez que a informalidade é marcada pela ausência de proteção social, de direitos e garantias aos trabalhadores, requisitos fundamentais e indispensáveis para a promoção do trabalho decente, esse estudo contribui para evidenciar o esforço que ainda é necessário ser despendido para se alcançar esse objetivo. Além disso, há um esforço em deslocar a discussão da informalidade para o nível regional, contribuindo para que a formulação das políticas públicas de emprego levem em conta as especificidades apontadas.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) tem a metodologia mais adequada para se investigar o fenômeno da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, por ter desenvolvido um meio capaz de captar, de forma bastante detalhada, a heterogeneidade ocupacional. Entretanto, optou-se pelo Censo como fonte estatística porque este estudo tem como finalidade analítica atingir a dimensão estadual, no plano mais geral, e incluir desagregações territoriais, que são oriundas da informação pesquisada em nível municipal, no mais específico. A PED, por sua vez, é um levantamento domiciliar contínuo, realizado em seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e Distrito Federal, possibilitando a desagregação geográfica das informações somente para capitais dessas regiões, além da região do ABC, que compõe a RM de São Paulo.

Assim, os microdados do Censo Demográfico são usados como fonte das informações analisadas no estudo. O Censo tem uma série de vantagens e a primeira delas está no fato das informações pesquisadas corresponderem ao universo selecionado, por meio de características das pessoas, dos domicílios e das famílias. Em segundo lugar, a sua cobertura geográfica é a mais ampla possível, indo do nível mais agregado, com as informações consolidadas para o total do país, até o mais desagregado, o nível municipal, incluindo os seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação, de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais. Ademais, as questões de trabalho e rendimento investigam todos os vínculos de trabalho formal e informal do mercado de trabalho, tornando possível analisar a heterogeneidade ocupacional no estado em toda a sua plenitude e como esta se distribui internamente em seu território.

A desvantagem do Censo é a ausência de informações regulares sobre o mercado de trabalho, devido à sua realização contar com uma periodicidade decenal. Contudo, para este estudo, esse não foi um fator desfavorável, visto que os microdados do último Censo, realizado em 2010, foram lançados recentemente, em maio de 2012.

O estudo está dividido em quatro capítulos, além desta introdução, nota metodológica, anexo, glossário e conclusão. No primeiro, se faz uma caracterização geral do mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000 e 2010, partindo dos indicadores de População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA), ocupados e desocupados e dimensiona-se o mercado de trabalho baiano através da comparação destes indicadores em relação aos do Brasil e da região Nordeste. Em seguida, o mesmo tipo de análise comparativa é feito com a distribuição dos ocupados, segundo a posição na ocupação.

No segundo capítulo, aprofunda-se a análise da estrutura do mercado de trabalho baiano, distinguindo os indicadores básicos de PIA, PEA, ocupados, desocupados e taxa de desocupação, segundo os atributos pessoais de sexo, idade e cor ou raça, para compor um perfil do trabalhador.

No terceiro capítulo, analisa-se a heterogeneidade ocupacional do mercado de trabalho baiano, a partir de atributos pessoais do trabalhador (sexo, idade e cor ou raça, escolaridade e situação de trabalho e estudo) e de atributos do vínculo empregatício (setor de atividade econômica, rendimento, jornada por faixas de horas semanais trabalhadas e contribuição previdenciária), enfatizando as desigualdades entre os trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada (empregados informais) em oposição aos empregados formais, em algumas ocasiões, e aos empregados com carteira de trabalho assinada, em outras.

Por último, no quarto capítulo, a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação é analisada internamente no estado, segundo a sua situação domiciliar (urbano e rural) e conforme a sua espacialização nas áreas metropolitana e não metropolitana. Ademais, se analisa a distribuição dos ocupados conforme as posições ocupacionais nos territórios de identidade baianos, que são o critério atual de classificação geográfica do governo do estado para o planejamento dos programas e políticas públicas. Em particular, são feitas as análises das ocupações desprovidas de proteção social, referentes aos empregados sem carteira assinada e aos trabalhadores por conta própria, nos territórios. Além disso, destacam-se os dez municípios do interior, organizados por territórios de identidade, com as maiores quantidades de pessoas ocupadas como conta própria, empregados sem carteira assinada e como trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada. Assim, pretende-se identificar como a informalidade se distribui ao longo de todo o território do estado.



Foto: Carol Garcia/SECOM-BA

Estrutura Geral dos Mercados de Trabalho na Bahia, Nordeste e Brasil



Em 2000, havia em torno de 13,1 milhões de pessoas residentes na Bahia e, em 2010, essa quantidade subiu para cerca de 14 milhões, uma variação positiva de 7,1%. Este crescimento populacional foi verificado em ritmo mais elevado para o Brasil, que tinha, aproximadamente, 169,8 milhões e passou para quase 190,8 milhões de habitantes (aumento de 12,3%) e para a região Nordeste, saindo de 47,8 milhões para 53,1 milhões de pessoas (aumento de 11,1%) durante o período (Gráfico 1 e Anexo 1).

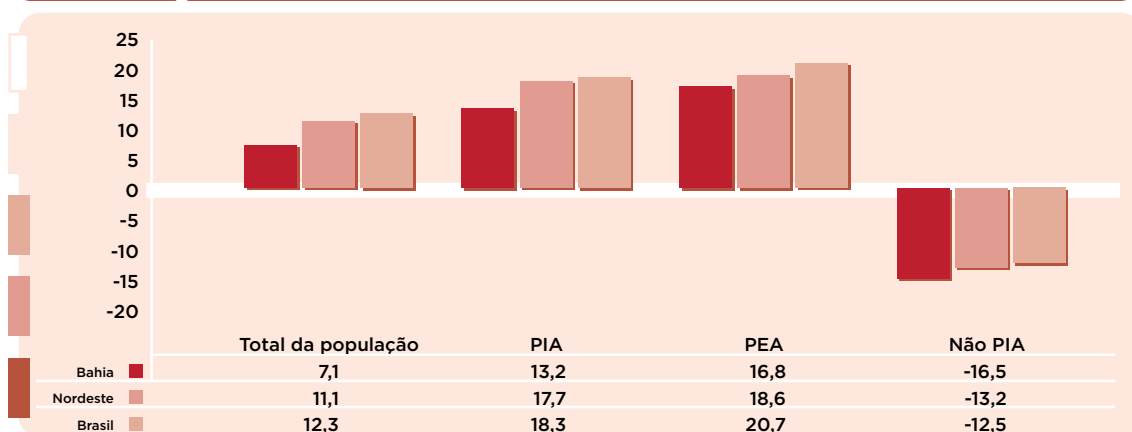
Comportamentos similares foram observados na População em Idade Ativa (PIA), que

compreende as pessoas com 10 anos ou mais de idade, e na População Economicamente Ativa (PEA), formada pelas pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam na condição de ocupadas ou desocupadas no mercado de trabalho. Somente na Não PIA (população até nove anos ou crianças, que não estavam em idade ativa), a Bahia destacou-se com a variação percentual mais negativa, de -16,5% (Gráfico 1).

A população baiana representava 7,3% do total de habitantes brasileiros em 2010. Esta mesma proporção se apresentava em igual comparação feita com a PIA. Já a PEA da

GRÁFICO 1

VARIAÇÃO PERCENTUAL PARA TOTAL DA POPULAÇÃO, PIA, PEA E NÃO PIA BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

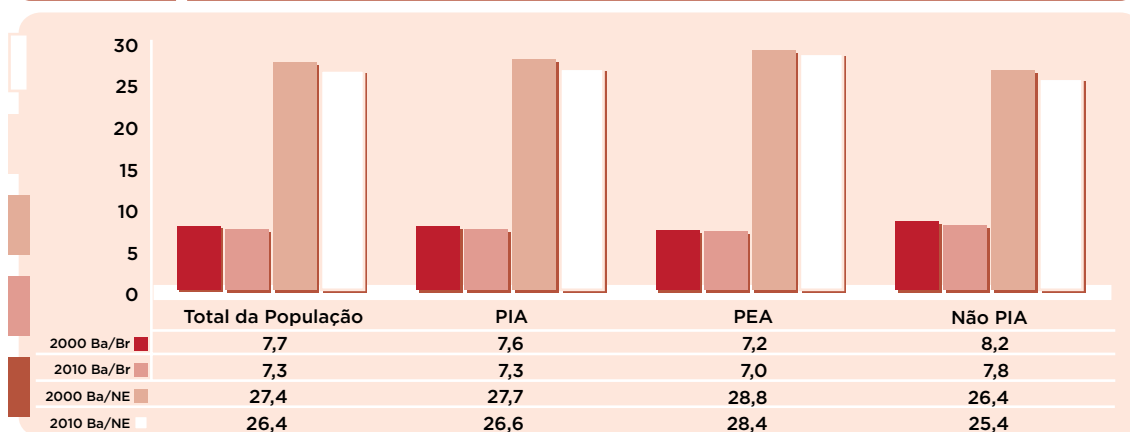
Bahia correspondia a 7,0% do total e a Não PIA equivalia a 7,8%. Comparando-os com os dados de 2000, percebe-se que estes indicadores tinham uma representatividade um pouco mais elevada no total do país. Esse comportamento é mais atenuado, no período, quando a distribuição percentual desses indicadores toma como referência a região Nordeste (Gráfico 2).

Em 2000, o mercado de trabalho da Bahia era formado por cerca de 4,6 mi-

lhões de ocupados e por aproximadamente um milhão de desocupados, totalizando uma PEA em torno de 5,6 milhões de pessoas. Em 2010, houve crescimento absoluto dos ocupados para cerca de 5,8 milhões e redução dos desocupados para quase 714 mil pessoas. Consequentemente, a ampliação do mercado de trabalho baiano, de 5,6 milhões para 6,6 milhões de pessoas, foi determinada pelo incremento de cerca de 942 mil novos ocupados no período (Tabela 1).

GRÁFICO 2

PROPORÇÕES DO TOTAL DA POPULAÇÃO, PIA, PEA E NÃO PIA DA BAHIA EM RELAÇÃO AO NORDESTE E AO BRASIL, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

TABELA 1

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010

Recorte Geográfico	Ocupados		Desocupados		PEA	
	Em nº absoluto	Em %	Em nº absoluto	Em %	Em nº absoluto	Em %
2000						
Bahia	4.581.594	7,0	1.031.486	8,7	5.613.079	7,2
Nordeste	16.384.648	25,0	3.092.822	26,1	19.477.471	25,1
Brasil	65.629.892	100,0	11.837.581	100,0	77.467.473	100,0
2010						
Bahia	5.841.078	6,8	714.319	10,0	6.555.397	7,0
Nordeste	20.854.301	24,1	2.252.649	31,5	23.106.950	24,7
Brasil	86.353.839	100,0	7.150.820	100,0	93.504.659	100,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia

Observa-se ainda que, em termos relativos, houve uma diminuição da representatividade dos ocupados da Bahia e Nordeste em relação ao total do país entre 2000 e 2010. Contrariamente, as respectivas proporções de desocupados aumentaram a sua participação. Esses comportamentos ocorreram porque as variações percentuais dos ocupados e desocupados no Brasil foram mais acentuadas do que nas outras duas regiões em análise durante o período.

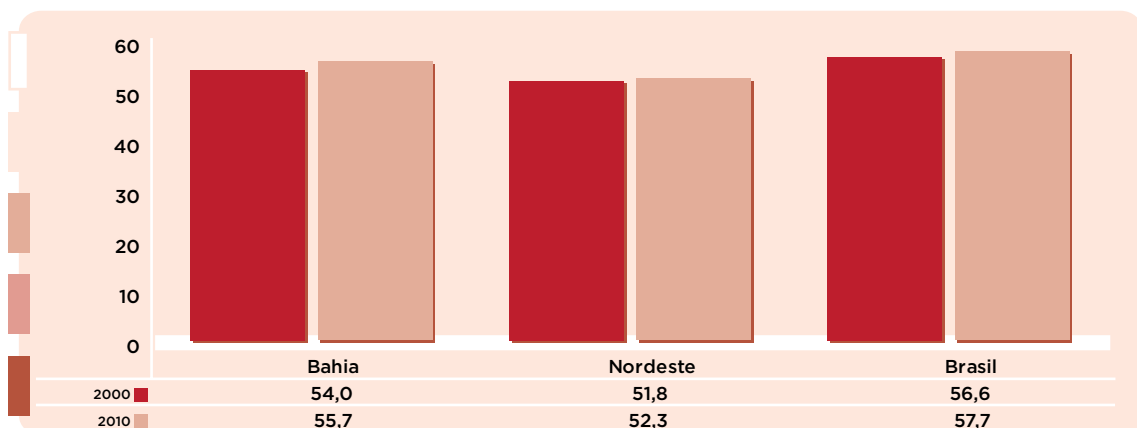
A taxa de participação indica a proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que estão efetivamente no mercado de trabalho como ocupados ou desocupados, e revela a pressão exercida por estes indivíduos no referido mercado. Tanto em 2000 quanto em 2010, a Bahia possuía taxas de participação mais elevadas do que a região Nordeste e inferiores às do Brasil, destacando-se com o maior acréscimo da taxa no período, de 1,7 pontos percentuais, contra

0,5, no Nordeste, e 1,1, no Brasil (Gráfico 3). Destaque-se que a elevação da taxa de participação deve-se ao crescimento da População Economicamente Ativa acima da População em Idade Ativa. Na Bahia, como já verificado na tabela 1, a ocupação cresceu a uma taxa de 28,9%, entre 2000 e 2010, representando a criação de 1,3 milhões de empregos, número suficiente para absorver as 942 mil pessoas que ingressaram na força de trabalho no período.

Dentre o total de ocupados, havia um predomínio dos trabalhadores assalariados, que compreendem os empregados com carteira assinada e sem carteira, os militares e funcionários públicos estatutários e os trabalhadores domésticos. Juntos, eles respondiam por cerca de 2,7 milhões de trabalhadores empregados de 4,6 milhões, equivalendo a 60,0% do total de pessoas ocupadas na Bahia, em 2000, e passaram para aproximados 3,8 milhões ou 64,3% do total, em

GRÁFICO 3

TAXA DE PARTICIPAÇÃO
BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

2010. No Nordeste e no Brasil, os contingentes de trabalhadores assalariados também eram majoritários entre o total de ocupados e cresceram no período, com destaque para a primeira região, com um aumento de 56,8% para 64,0% do total. Já no segundo caso, as respectivas proporções passaram de 66,6% e 71,2% (Gráfico 4 e Anexo 2) .

Ao analisar de forma desagregada as posições ocupacionais, percebe-se que em todos os espaços há a predominância dos empregados com e sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria. Na Bahia, o destaque ficava com os Conta própria, que eram em torno de 1,1 milhão de trabalhadores ou 25,0% do total de ocupados baianos e, no Nordeste, eram cerca de 4,3 milhões ou 26,3% dos ocupados em 2000. Diferentemente, no Brasil eram os empregados com carteira que se sobressaíam, equivalendo a 34,2% do total. Em 2010,

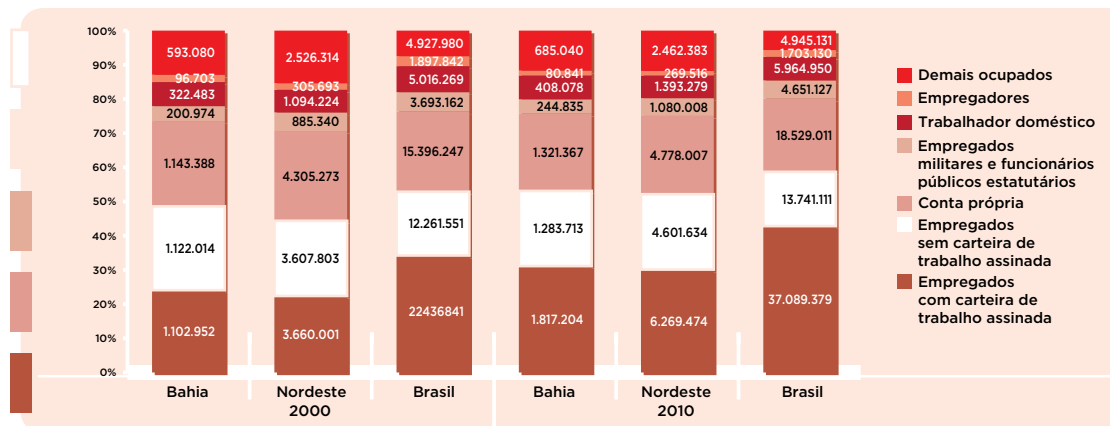
assim como já tinha sido observado para o Brasil, os empregados com carteira assinada passam a ser os mais expressivos entre total de ocupados das outras duas regiões, correspondendo a 31,1%, na Bahia, 30,1%, no Nordeste, e 43,0%, no Brasil.

Enfatiza-se que os incrementos nos empregos com carteira assinada difundiram-se em todas as regiões analisadas entre 2000 e 2010, e foram impulsionados pelo crescimento do nível de atividade econômica e, por conseguinte, das maiores oportunidades de trabalho. Vale ressaltar que, mesmo com a desaceleração do ritmo de crescimento do emprego formal a partir de 2009⁸, essa posição passou a ser aquela que mais ocupava a maioria dos trabalhadores em 2010. De modo geral, a década de

8 - Constituiu-se em um dos desdobramentos da crise financeira internacional deflagrada no final de 2008, que atingiu, sobretudo, o sistema financeiro e a economia dos países desenvolvidos. No Brasil, o efeito imediato da crise foi o desaquecimento do nível de produção, através de uma queda acentuada do Produto Interno Bruto nacional, causando a retração no ritmo de geração de empregos formais. Entretanto, após uma série de políticas anticíclicas do governo, se conseguiu atenuar a progressão dos impactos sobre a economia do país.

GRÁFICO 4

TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010 (EM VALORES ABSOLUTO E RELATIVO)



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: Os Demais ocupados são constituídos pelo somatório dos trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio, trabalhadores na produção para o próprio consumo e o Trabalhador doméstico inclui os domésticos com e sem carteiras de trabalho assinadas.

2000 foi caracterizada pelo ritmo de crescimento econômico mais intenso, proporcionado por uma taxa média de variação anual de 2,9%, entre 2000 e 2009⁹, o que levou a recuperação do mercado de trabalho, que havia passado por um processo de precarização e de altas taxas de desemprego na década de 1990, através da ampliação mais do que proporcional dos empregos protegidos ou com carteira assinada, impulsionando esta posição ocupacional ao principal posto de trabalho nos três espaços considerados.

Os empregados sem carteira de trabalho assinada eram a segunda posição ocupacional mais relevante para a Bahia em 2000, respondendo por praticamente 1,1 milhão de trabalhadores e representando 24,5% dos ocupados, superando o contingente de empregados com carteira assinada. Apesar do incremento de quase 162 mil novos trabalhadores sem carteira assinada, entre 2000 e 2010, sua participação relativa caiu para 22,0% do total de ocupados ao final do período.

A quantidade de pessoas trabalhando nas atividades informais aqui estudadas, caracterizadas pela ausência de carteira assinada e por conta própria, cresceu no período, mas perdeu representatividade entre o total dos ocupados. Na Bahia, essas atividades correspondiam a 49,4% dos ocupados, em 2000, e a 44,6%, em 2010. No Nordeste, reduziram de 48,3% para 45,0% e no Brasil, eram 42,1% e passaram

9 - Deve-se ressaltar, que, mesmo a crise internacional afetando o desempenho econômico do país em 2009, no período de 2005 a 2010, o PIB brasileiro registrou um crescimento acumulado da ordem de 28,4%. Os dados foram calculados a partir dos resultados do Sistema de Contas Regionais, divulgados pelo IBGE.

para 37,4%. Vale observar que, em todos os espaços considerados, as atividades informais ainda são muito significativas.

Os trabalhadores domésticos, que têm características e legislação própria (com direitos e benefícios trabalhistas menores do que os assegurados aos trabalhadores celetistas e estatutários), tiveram taxas de crescimento entre 2000 e 2010, tanto na Bahia (26,5%), quanto no Nordeste (27,3%) e Brasil (18,9%).

Já os contingentes de Demais ocupados só tiveram acréscimos na Bahia, ampliando em torno de 593 mil para quase 685 mil trabalhadores entre 2000 e 2010, enquanto no Nordeste e no Brasil registraram-se diminuições. Entretanto, nas três regiões, estes ocupados, formados pelos trabalhadores não remunerados e pelos trabalhadores na produção para o próprio consumo, perderam participação em relação ao total dos ocupados. Na Bahia, eles representavam 12,9% dos ocupados, em 2000, e passaram a significar 11,7% do total, em 2010, de acordo com o Anexo 2.

Houve ampliação do número de trabalhadores empregados como militares e funcionários públicos estatutários e queda na quantidade dos trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio nos três recortes territoriais selecionados, durante o período. Estes movimentos, certamente, decorrem da melhor estruturação do mercado de trabalho provocada pelo contexto econômico favorável.

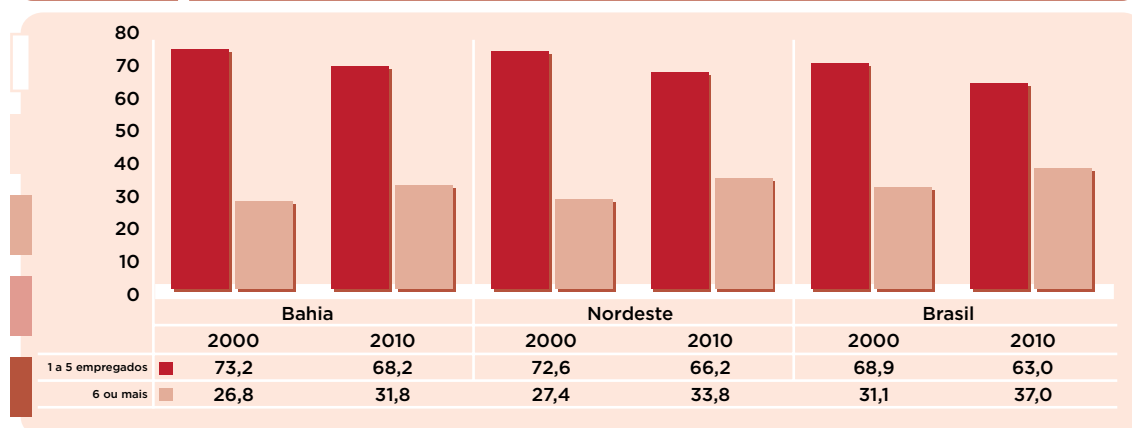
Durante todo o período analisado, a expressiva maioria de empregadores no mercado de trabalho da Bahia era composta por microestabelecimentos, com até cinco empregados (73,2%, em 2000, e 68,2%, em 2010). Assim como na Bahia, a distribuição dos empregadores, segundo o porte, era bastante semelhante no Brasil e na Região Nordeste, com o predomínio dos microempregadores. Na comparação com estas duas regiões, a Bahia desta-

cava-se com os maiores percentuais de microempregadores, independentemente do ano observado (Gráfico 5).

Entretanto, em relação a 2000, a proporção desses empregadores diminuiu em todas as regiões selecionadas. Mesmo com essa redução, o percentual de microempregadores continua sendo maior na Bahia, com 68,2%, contra 66,2%, na Região Nordeste e 63,0%, no Brasil.

GRÁFICO 5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADORES, SEGUNDO O PORTE
BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010 (EM NÚMEROS DE EMPREGADOS)



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.



Foto: Alberto Coutinho/SECOM-BA



Foto: Roberto Viana/SECOM-BA

Desigualdades no Mercado de Trabalho da Bahia, Segundo Atributos Pessoais do Trabalhador



2.0. Desigualdades por Sexo e Idade

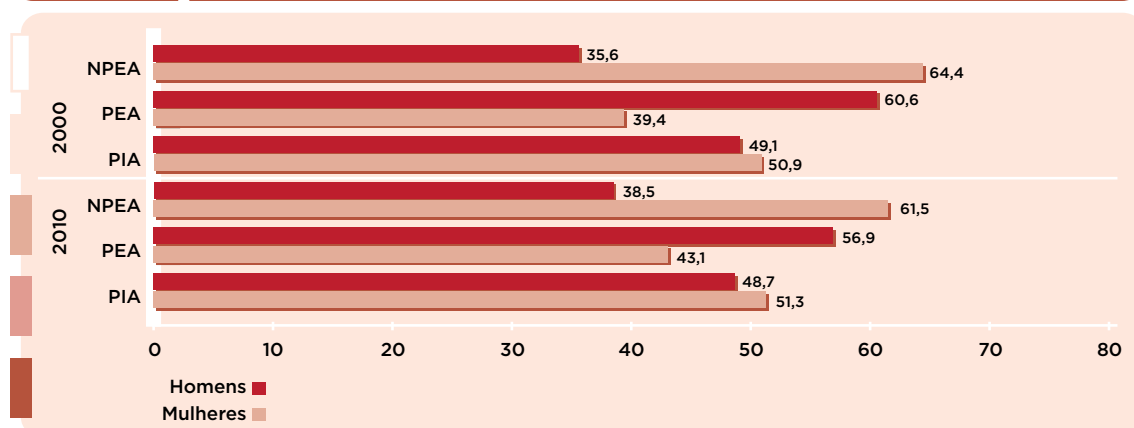
A PIA baiana distribuía-se de forma bastante equilibrada entre homens e mulheres em 2000. Ao final da década, a proporção de mulheres aumenta para 51,3% contra 48,7% de homens¹⁰. Já na PEA, há o predomínio dos homens, apesar de sua participação ter sido reduzida no período, de 60,6% para 56,9%. Na não PEA observa-se o oposto, com as mulheres representando a maioria, mesmo com a diminuição de 64,4%, em 2000, para 61,5%, em 2010 (Gráfico 6).

10 - Para maiores informações sobre a distribuição percentual da PIA, PEA e não PEA, por sexo, segundo faixa etária e cor ou raça consultar, nesta ordem, Anexos 3 e 4.

Esses dados revelam que, apesar da Bahia ser formada por uma população com estrutura etária a partir dos 10 anos de idade bastante proporcional entre os sexos, com leve diferença da participação feminina, a presença da população masculina no mercado de trabalho é bem superior à da população feminina. Além de outros fatores, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho pelas mulheres favorecem as suas elevadas proporções entre os inativos, grupo de pessoas acima de 10 anos de idade que não estão trabalhando e também não estavam procurando emprego na data de referência da pesquisa (NPEA).

GRÁFICO 6

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA PIA, PEA E NÃO PEA, SEGUNDO SEXO BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

Ao considerar a população economicamente ativa, a partir dos 10 anos de idade, consegue-se captar a inserção das crianças, como ocupadas ou desocupadas, no mercado de trabalho da Bahia. Vale lembrar que dimensionar o trabalho infantil é fundamental para o seu combate e erradicação, sendo este um dos eixos prioritários da Agenda Bahia do Trabalho Decente. Na Bahia, havia em torno de 129 mil crianças de 10 a 14 anos ocupadas, em 2000, e esse contingente foi reduzido para aproximadamente 114 mil crianças em 2010. Como a atividade laboral de crianças é ilegal, a sua grande maioria¹¹ tem vínculos informais, não são remuneradas e estão, algumas vezes, em situações análogas à escravidão.

Tanto em 2000 como em 2010, o mercado de trabalho baiano possuía mais trabalhadores na faixa de 30 a 39 anos de idade e do sexo masculino. Já entre os desocupados, havia um predomínio maior de pessoas jovens (de 18 a 24 anos de idade) e do sexo feminino. De modo que, no início do período, as pessoas com idade entre 30 e 39 anos representavam 26,5% dos ocupados e, praticamente, assim permaneceram ao final (26,0%). A proporção de homens era bem mais elevada do que a de mulheres no total de ocupados e mesmo tendo a sua participação reduzida de 63,4% para 58,6% entre 2000 e 2010, ainda eram predominantes (Tabela 2).

11 - Na faixa de idade de 14 anos, pode haver a contratação como aprendiz, através de vínculo formal de trabalho. A aprendizagem está definida pela Lei Nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto Nº. 5.598/2005. Segundo informações do MTE, na Lei se estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. A cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades.

Do total de cerca de um milhão de desocupados na Bahia, em 2000, 359 mil ou 34,3% eram jovens (18 a 24 anos) e 534 mil ou 51,8% eram mulheres e, em 2010, houve redução dos contingentes desses dois grupos no total de desocupados, com a quantidade passando para 230 mil jovens e 411 mil mulheres. Embora a proporção de jovens desocupados tenha caído para 32,2% no período, o mesmo não se verificou com as mulheres, que tiveram sua participação aumentada para 57,6%.

A retração do desemprego do país também pode ser observada na Bahia pela redução da taxa de desocupação de 18,4% para 10,9% entre 2000 e 2010. Conforme se demonstrou, na composição das estruturas etária e de sexo dos desocupados, a maior vulnerabilidade no mercado de trabalho sentida pelos jovens e mulheres também se evidencia em suas taxas de desocupação mais acentuadas. Ressalta-se que no caso específico dos jovens, a faixa de 18 a 24 anos destacasse com a segunda taxa mais elevada, inferior apenas à das pessoas com idade entre de 15 e 17 anos.

É interessante notar que, no grupo de jovens de 15 a 17 anos, que tinha as maiores taxas de desocupação, a discrepância é maior para as taxas das mulheres do que para os homens. Assim, 41,8% das jovens economicamente ativas, com idade de 15 a 17 anos, estavam desocupadas na Bahia em 2000, contra 30,2% dos jovens do sexo masculino. Em 2010, essas taxas caíram para 30,0% contra 19,9%, respectivamente.

TABELA 2

TOTAL DOS OCUPADOS E DESOCUPADOS E TAXA DE DESOCUPAÇÃO,
POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - BAHIA, 2000 E 2010
(EM VALORES ABSOLUTOS E RELATIVOS)

Condição de atividade	Grupos de idade	2000				2010			
		Sexo		Total	Total (Em %)	Sexo		Total	Total (Em %)
		Homens	Mulheres			Homens	Mulheres		
Ocupados	10 a 14 anos	87.358	41.481	128.839	2,5	68.684	44.776	113.460	1,9
	15 a 17 anos	153.456	80.291	233.747	4,8	110.929	66.247	177.176	3,0
	18 a 24 anos	598.595	337.231	935.826	20,1	551.428	373.702	925.130	15,8
	25 a 29 anos	389.090	236.230	625.320	14,1	497.368	357.813	855.181	14,6
	30 a 39 anos	694.720	444.946	1.139.666	26,5	859.570	657.207	1.516.777	26,0
	40 a 49 anos	495.954	317.114	813.069	18,9	662.519	500.585	1.163.104	19,9
	50 a 59 anos	299.229	159.128	458.356	9,5	417.087	287.093	704.180	12,1
	60 anos ou mais	185.146	61.625	246.770	3,7	257.107	128.964	386.071	6,6
	Total	2.903.548	1.678.046	4.581.594	100,0	3.424.691	2.416.387	5.841.078	100,0
	Total (Em %)	63,4	36,6	100,0	-	58,6	41,4	100,0	-
Desocupados	10 a 14 anos	26.286	20.449	46.735	3,8	10.554	9.712	20.266	2,8
	15 a 17 anos	66.378	57.635	124.013	10,8	27.541	28.351	55.892	7,8
	18 a 24 anos	176.108	183.171	359.279	34,3	100.264	129.855	230.119	32,2
	25 a 29 anos	57.732	80.137	137.869	15,0	49.204	77.780	126.984	17,8
	30 a 39 anos	79.975	112.900	192.875	21,1	56.343	95.468	151.811	21,3
	40 a 49 anos	50.887	55.708	106.595	10,4	33.820	49.330	83.150	11,6
	50 a 59 anos	27.676	18.902	46.578	3,5	19.359	17.127	36.486	5,1
	60 anos ou mais	12.341	5.201	17.542	1,0	6.133	3.478	9.611	1,3
	Total	497.383	534.103	1.031.486	100,0	303.218	411.101	714.319	100,0
	Total (Em %)	48,2	51,8	100,0	-	42,4	57,6	100,0	-
Taxa de desocupação	10 a 14 anos	23,1	33,0	26,6		13,3	17,8	15,2	
	15 a 17 anos	30,2	41,8	34,7		19,9	30,0	24,0	
	18 a 24 anos	22,7	35,2	27,7		15,4	25,8	19,9	
	25 a 29 anos	12,9	25,3	18,1		9,0	17,9	12,9	
	30 a 39 anos	10,3	20,2	14,5		6,2	12,7	9,1	
	40 a 49 anos	9,3	14,9	11,6		4,9	9,0	6,7	
	50 a 59 anos	8,5	10,6	9,2		4,4	5,6	4,9	
	60 anos ou mais	6,2	7,8	6,6		2,3	2,6	2,4	
	Total	14,6	24,1	18,4		8,1	14,5	10,9	

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

2.1. Desigualdades por Cor ou Raça e Sexo

A Bahia tem a sua população composta, principalmente, pelas pessoas negras (cores preta e parda), determinando o predomínio delas no mercado de trabalho. Assim, os negros representavam 73,1% dos ocupados em 2000 e aumentaram a sua participação para 76,3% do total em 2010. Eles também eram majoritários entre os deso-

cupados, correspondendo a 78,5% no início do período e 81,2% ao final (Tabela 3).

A maior fragilidade das mulheres no mercado de trabalho quando comparadas aos homens, já demonstrada antes, é mais intensa para as mulheres negras. Além de as taxas de desocupação femininas serem muito superiores às dos homens em todo o período, eram mais acentuadas para as mulheres negras,

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS OCUPADOS E DESOCUPADOS E TAXA DE DESOCUPAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO COR OU RAÇA BAHIA, 2000 E 2010

Condição de atividade	Cor ou raça	2000			2010		
		Sexo		Total	Sexo		Total
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Ocupados	Negro	73,9	71,7	73,1	76,7	75,6	76,3
	Não negro	24,8	26,9	25,6	22,9	24,0	23,3
	Ignorado	0,8	0,8	0,8	-	-	-
	Total (Em nº absoluto)	2.903.548	1.678.046	4.581.594	3.424.691	2.416.387	5.841.078
	Total (Em %)	63,4	36,6	100,0	58,6	41,4	100,0
Desocupados	Negro	79,7	77,3	78,5	81,3	81,2	81,2
	Não negro	18,8	21,2	20,1	18,3	18,4	18,3
	Ignorado	0,9	0,8	0,9	-	-	-
	Total (Em nº absoluto)	497.383	534.103	1.031.486	303.218	411.101	714.319
	Total (Em %)	48,2	51,8	100,0	42,4	57,6	100,0
Taxa de desocupação	Negro	15,6	25,6	19,5	8,6	15,4	11,5
	Não negro	11,5	20,1	15,0	6,6	11,5	8,8
	Ignorado	-	-	-	-	-	-
	Total	14,6	24,1	18,4	8,1	14,5	10,9

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

Nota: Os negros são formados pela agregação das pessoas de cor preta e parda e os não negros, pelos de cor branca e amarela. Os totais incluem as pessoas de raça (etnia) indígena.

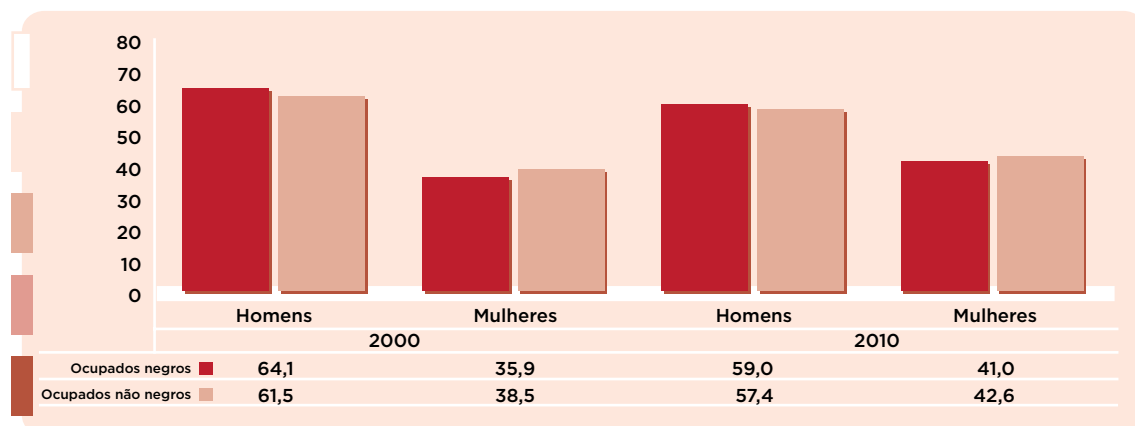
que enfrentam maior dificuldade de inserção, a despeito de terem suas taxas também reduzidas entre 2000 e 2010. Cabe destacar que, enquanto a taxa de desocupação de um homem não negro era de 6,6%, em 2010, a da mulher negra era de 15,4% nesse mesmo ano, ao passo que a das mulheres não negras era de 11,5%. Os homens negros também têm maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, com uma taxa de desocupação mais elevada do que a dos não negros (em 2010, era de 8,6%).

Entre 2000 e 2010, houve redução na discrepância da distribuição dos ocupados negros e não negros, por sexo. Em 2000, existiam 28,1 pontos percentuais de diferença entre os 64,1% formados por homens contra 35,9%, por mulheres

no total de ocupados negros. Entre os ocupados não negros, os homens continuavam sendo maioria entre os ocupados, correspondendo a 61,5% do total, mas a distância entre eles e as mulheres não negras (38,5%) era de 22,9 pontos percentuais, menor do que a observada entre os ocupados de cor negra. Em 2010, a desigualdade na distribuição dos ocupados negros, por sexo, diminuiu para 18 pontos percentuais, com os homens representando 59,0% do total e as mulheres aumentando a sua participação para 41,0%. Já entre os não negros, que tinham a disparidade entre homens e mulheres menor do que a dos negros, também foi observada a redução no período para 14,8 pontos percentuais, existente entre os 57,4% dos homens e 42,6% de mulheres (Gráfico 7).

GRÁFICO 7

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS OCUPADOS, POR SEXO, SEGUNDO COR OU RAÇA
BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: Os negros são formados pela agregação das pessoas de cor preta e parda e os não negros, pelos de cor branca e amarela. Os totais incluem as pessoas de raça (etnia) indígena.



Principais Características da Heterogeneidade Ocupacional na Bahia



O trabalho doméstico, independente da formalidade do vínculo, emprega mais mulheres e os dados mostram que, entre os sem carteira, a desigualdade entre os sexos é um pouco mais elevada. Em ambos os casos, houve ampliação da proporção de mulheres como trabalhadoras domésticas na Bahia, passando de 88,5% para 88,8% as que possuem carteira assinada e de 93,4% para 94,1% as sem carteira, entre 2000 e 2010. Esta relação se inverte quando se observam os empregados formais (empregados com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários). Entre eles, a participação dos homens é mais acentuada, saindo de 60,9%, em 2000, para 61,3%, em 2010. Ressalte-se que este é o núcleo mais estruturado do mercado de trabalho, onde os postos são de melhor qualidade e as remunerações são mais elevadas. Todas as outras posições ocupacionais estão mais representadas por homens, embora a sua participação seja reduzida no período¹² (Tabela 4).

Ainda analisando a distribuição das posições ocupacionais, por sexo, destaca-se que havia predomínio de homens entre os trabalhadores informais (empregados sem

12 - Tendência que também é válida para os pequenos empregadores, distinguindo-se pelo maior crescimento da participação feminina no período (Anexo 5).

carteira assinada e trabalhadores por conta própria). Entre 2000 e 2010, houve uma diminuição de homens empregados sem carteira de 73,5% para 66,9%, assim como dos conta própria, de 73,6% para 66,3%. Isso revela que houve uma redução da desigualdade entre homens e mulheres na informalidade. Embora a promoção do trabalho decente dependa de condições mais igualitárias e equitativas de tratamento nas oportunidades de trabalho para homens e mulheres, esta não é uma situação desejável porque as mulheres que já têm um acesso mais difícil ao mercado de trabalho estão ampliando as suas participações no trabalho doméstico e como informal.

A estrutura etária das trabalhadoras domésticas apresenta maior participação de trabalhadoras adultas, com idade entre 30 a 49 anos para aquelas com carteira assinada e entre as sem carteira. Além dessa faixa de idade, destaca-se também a presença de trabalhadoras jovens entre 18 e 24 anos. Cabe acrescentar que no total de ocupados da Bahia, a maioria dos trabalhadores tinha idade entre 30 a 49 anos, tanto em 2000 quanto em 2010.

Assim como foi demonstrado no estudo do DIEESE (2012), observa-se uma ten-

dência de envelhecimento entre as trabalhadoras no período, através de diminuição dos percentuais de trabalhadoras domésticas mais jovens e crescimento das proporções delas nas faixas de idade mais elevadas. As causas para a alteração do perfil etário das trabalhadoras domésticas podem ser, no caso das mais jovens:

“...aumento do nível de escolaridade, de forma que as moças preferem buscar alternativas de ocupação que representem maiores chances de progresso e *status* profissional, bem como perspectivas melhores, com a segurança de carteira de trabalho assinada. Acrescente-se, além disso, o aumento de novas ocupações em outros setores, propiciado pelo crescimento econômico a partir de 2004” (DIEESE, 2012, p. 151).

E, no caso das mais velhas, a permanência e crescimento delas no trabalho doméstico estão mais associados a estes fatores:

“...muitas não contribuem para a previdência e encontram dificuldade para se aposentar. Além disso, por não exigir experiência prévia, o emprego doméstico é uma das poucas ocupações que abre espaço para o trabalho de mulheres com mais idade e de baixa escolaridade. As demais atividades tendem a preferir mulheres mais jovens” (DIEESE, 2012, p. 151 e 152).

Entre os empregados formais e demais posições ocupacionais, a maior proporção também era dos trabalhadores com

idade entre 30 e 49 anos, sendo que entre os empregados sem carteira assinada, assim como para os trabalhadores domésticos sem carteira, era expressivo o percentual de empregadores entre 18 e 24 anos. Já entre os conta própria, destacavam-se também os trabalhadores com idade entre 50 a 59 anos. Essa faixa também tinha relevância entre os empregadores¹³.

Da mesma forma que os trabalhadores domésticos, para os empregados sem carteira assinada e por conta própria também se verificava uma tendência de envelhecimento. Como estas duas posições ocupacionais são desprotegidas socialmente, não exigem escolaridade para o desempenho das atividades, sendo uma alternativa para os trabalhadores com reduzido nível de instrução educacional.

A despeito da tendência geral de ampliação da escolarização no mercado de trabalho, evidenciada pelas mudanças internas no perfil de escolaridade do trabalhador no período, em 2010, do total de trabalhadores baianos, 55,2% possuíam até o nível médio incompleto, contra 34,0% em 2000, o que ajuda a entender porque muitos trabalhadores baianos estão inseridos em ocupações precárias e informais, visto que diversas ocupações têm como requisito mínimo de seleção o ensino médio concluído.

Em 2010, os trabalhadores domésticos com carteira (66,9%) e sem carteira (76,4%), os empregados sem carteira assinada (63,6%) e os trabalhadores por conta própria (65,9%)

¹³ - Para consultar, em detalhes, o perfil etário dos pequenos empregadores, ver Anexo 5.

destacavam-se pelas proporções mais significativas de seus trabalhadores com um nível de escolaridade baixo (fundamental completo e médio incompleto). Em oposição, estavam os empregados com carteira assinada e os empregadores, com os percentuais mais acentuados de trabalhadores com o nível superior completo, respectivamente, 10,7% e 26,4%.

Embora o mercado de trabalho da Bahia apresente pouco mais da metade de sua força de trabalho sem ao menos ter completado o ensino médio, os números mostram uma grande dificuldade dessa população em continuar seus estudos. Ao analisar as questões relacionadas à condição de estudo e trabalho¹⁴, nota-se que, entre 2000

¹⁴ - Para consultar como a condição de estudo e trabalho evoluiu para todas as posições ocupacionais durante o período, consultar o Anexo 6.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SEXO, FAIXA ETÁRIA, COR OU RAÇA E GRAU DE ESCOLARIDADE BAHIA, 2000 E 2010

Atributos pessoais selecionados	Trabalhador doméstico com carteira assinada		Trabalhador doméstico sem carteira assinada		Empregado formal (1)		Empregado sem carteira assinada		Conta própria		Empregador		Demais ocupados (2)		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	11,5	11,2	6,6	5,9	60,9	61,3	73,5	66,9	73,6	66,3	73,5	67,0	60,7	45,7	63,4	58,6
Feminino	88,5	88,8	93,4	94,1	39,1	38,7	26,5	33,1	26,4	33,7	26,5	33,0	39,3	54,3	36,6	41,4
Faixa etária	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 17 anos	2,6	0,6	16,4	7,2	1,0	3,6	10,5	6,7	3,6	3,5	0,3	0,6	21,2	10,5	7,9	5,0
18 a 24 anos	24,2	11,0	32,4	19,6	19,4	16,1	29,1	22,9	11,9	10,1	4,5	4,4	17,3	9,8	20,4	15,8
25 a 29 anos	19,1	14,0	13,8	14,3	17,5	16,7	14,6	16,2	11,3	11,0	9,4	8,5	8,1	10,6	13,6	14,6
30 a 39 anos	29,4	33,6	20,4	27,8	31,0	27,1	22,2	24,5	26,1	24,6	31,3	27,3	16,9	25,7	24,9	26,0
40 a 49 anos	17,1	26,0	10,9	19,6	20,8	18,6	13,5	16,8	22,0	23,9	28,8	29,6	14,6	22,8	17,7	19,9
50 até 59 anos	5,7	11,6	4,4	8,7	8,3	11,1	7,2	9,1	15,2	16,8	16,4	19,2	11,8	14,0	10,0	12,1
60 anos ou mais	1,9	3,2	1,6	2,9	2,0	6,8	2,9	3,8	9,8	10,2	9,2	10,5	10,1	6,7	5,4	6,6
Cor ou raça	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negros	83,7	84,8	81,5	82,2	71,0	76,8	75,9	77,8	71,4	74,4	46,1	52,5	70,9	68,9	73,1	76,3
Não negros	15,7	15,2	17,7	17,8	28,2	23,2	23,2	22,2	27,8	25,6	53,2	47,5	28,3	31,1	26,1	23,7
Ignorado	0,7	-	0,8	-	0,8	-	0,9	-	0,8	-	0,7	-	0,9	-	0,8	-
Grau de escolaridade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	24,6	39,4	36,1	49,5	11,4	22,7	30,2	43,3	27,1	46,5	8,6	13,3	42,9	30,9	26,2	36,8
Fundamental completo e médio incompleto	11,3	27,6	9,6	26,8	9,9	15,1	8,2	20,3	6,3	19,4	7,0	13,5	4,5	8,3	7,8	18,3
Médio completo e superior incompleto	63,9	32,0	54,1	22,6	77,8	51,0	61,4	30,9	66,5	28,1	83,1	46,6	52,4	56,7	65,6	35,5
Superior completo	0,0	0,6	0,0	0,3	0,7	10,7	0,1	4,9	0,1	5,5	1,3	26,4	0,2	3,9	0,3	8,8
Não determinado	0,1	0,5	0,1	0,7	0,2	0,4	0,1	0,5	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,2	0,1	0,5

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

Nota: 1) empregado formal = empregado com carteira de trabalho assinada e militares ou funcionários públicos estatutários e 2) demais ocupados = trabalhadores não remunerados em ajuda à membro do domicílio e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

e 2010, a proporção total dos ocupados na Bahia, que estudam e trabalham caiu de 19,2% para 15,3% e, por conseguinte, a proporção dos que somente trabalham se elevou de 80,8% para 84,7% (Anexo 6). Ao se analisar as ocupações informais, os trabalhadores por conta própria são os que mais se destacam somente trabalhando. Em 2000, havia 89,1% deles nessa condição e, em 2010, o percentual aumentou para 91,9%. Além deles, os empregados sem carteira assinada também ampliaram a participação dos que somente trabalham no período e em 2010 registraram 82,4% do total somente trabalhando (Gráfico 8).

Comparando-os com os empregados com carteira assinada percebe-se que, não obstante esta seja a condição de trabalho mais almejada pelo trabalhador e tenha elevado a proporção de trabalhadores que conciliam trabalho e estudo de 12,9% para 19,9% no período, ainda tinha a maior parte de seus trabalhadores apenas trabalhando em 2010 (80,1%). Esse é

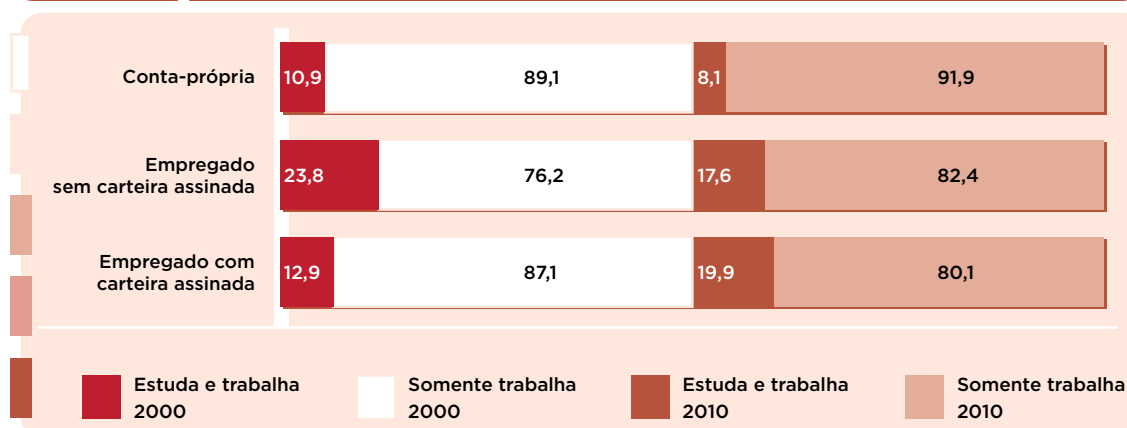
um fato preocupante, principalmente em um cenário em que a discussão sobre a qualificação da mão de obra no Brasil tem se tornado cada vez mais relevante.

O setor de Serviços tinha as maiores participações de ocupados no mercado de trabalho baiano e respondia por 51,1% deles em 2000. O crescimento econômico, a partir de 2004, impulsionou novas oportunidades de trabalho, fazendo com que o perfil setorial do trabalhador mudasse com a redução da participação em Serviços para 39,0% do total, ao passo que as proporções elevaram-se nos setores da Indústria e Construção. Vale pontuar que os maiores impactos nos setores da Indústria e da Construção ocorreram entre os empregados com carteira assinada e empregadores (Anexo 7).

Destacando-se as ocupações informais, tem-se que nos empregados sem carteira assinada, os Serviços e o setor Agrícola são os mais significativos, embora, em ambos,

GRÁFICO 8

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA, EMPREGADO SEM E COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE TRABALHO E ESTUDO - BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

tenham sido reduzidos os percentuais de trabalhadores de 41,6% para 32,0% e de 34,5% para 29,1%, respectivamente, entre 2000 e 2010. Estes dois setores também eram os mais expressivos para os trabalhadores por conta própria, sendo que em Serviços houve uma redução mais acentuada da participação, que saiu de 43,9%, em 2000, para 23,0%, em 2010, e no Agrícola, a diminuição da proporção de ocupados foi leve, de 32,0% para 31,4% (Gráfico 9).

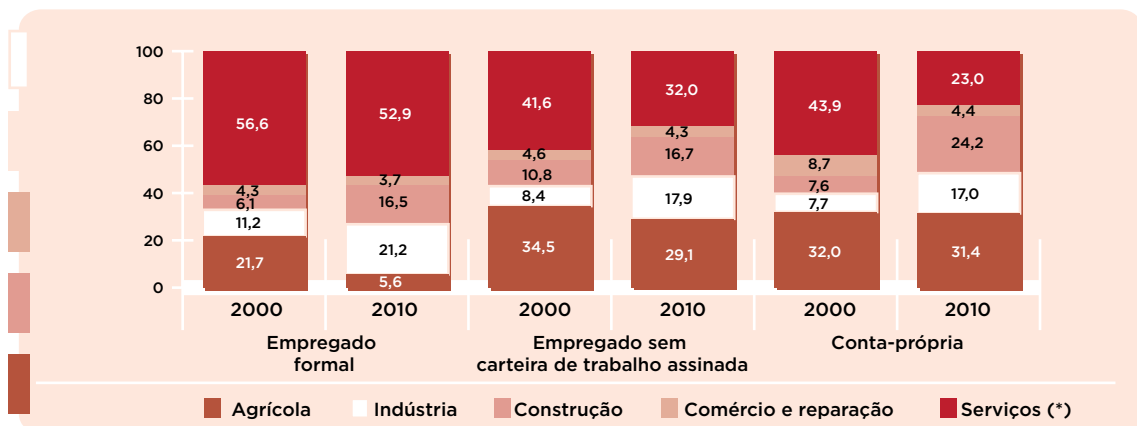
Ao comparar os resultados das ocupações desprotegidas, com a estrutura setorial dos empregados com carteira assinada, percebe-se que o setor de Serviços também era responsável pela maior parcela de ocupados, com 56,5%, em 2000, e 52,9%, em 2010. A maior diferença está no Agrícola, que, em 2000, era o segundo maior setor em participação de ocupados e, em 2010, perdeu esta posição para a Indústria (21,2%) e Construção (16,5%).

Ao analisar a distribuição das posições ocupacionais, setorialmente, considerando os quatro principais setores de atividade (Serviços, Agrícola, Indústria e Construção), destaca-se que em Serviços há um predomínio de empregados formais, seguido pelas demais posições ocupacionais, pelos conta própria e empregados sem carteira assinada, em 2000. Ao final do período, a única diferença neste setor ocorreu com as posições dos conta própria e empregados sem carteira que tiveram inversões em suas participações. A participação mais elevada das demais posições ocupacionais nos Serviços é bastante influenciada pela presença do emprego doméstico (Gráfico 10).

Ressalte-se que o crescimento do empregado formal, refletindo o cenário de crescimento econômico pelo qual o país passou no período, ocorreu em todos os setores de atividade, à exceção do Agrícola, em que a participação do emprego formal de-

GRÁFICO 9

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR POSIÇÕES OCUPACIONAIS SELECIONADAS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA BAHIA, 2000 E 2010

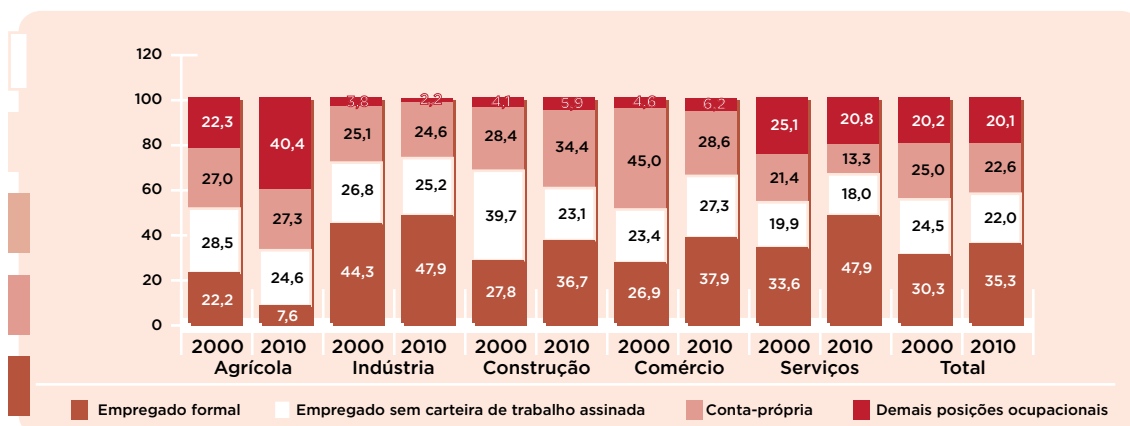


Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: Serviços = Transporte, armazenagem e comunicação + Outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Não foi possível separar as atividades econômicas de transporte, armazenagem e comunicação que estão ligadas ao setor de Comércio.

GRÁFICO 10

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS OCUPADOS, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO POSIÇÕES OCUPACIONAIS SELECIONADAS BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: empregado formal = 1) empregado com carteira de trabalho assinada e militares ou funcionários públicos estatutários e 2) demais posições ocupacionais = trabalhadores não remunerados em ajuda à membro do domicílio, trabalhadores na produção para o próprio consumo, empregadores e trabalhadores domésticos.

cresceu, tendo como contrapartida o acentuado crescimento das Demais ocupações.

Deve-se enfatizar que o setor Agrícola tem uma baixa representatividade de empregado formal, sendo mais composto pelas demais posições ocupacionais, conta própria e empregados sem carteira assinada. Assim como nos Serviços, a Indústria apresentava o emprego formal como a maior participação no total de ocupados, inclusive com igual taxa, em 2010 (47,9%), seguida pelos empregados sem carteira assinada (25,2%) e conta própria (24,6%). A Construção registrou aumento da participação de empregado formal, com queda do empregado sem carteira de trabalho assinada, porém com elevação de ocupações informais, com a acentuada elevação dos conta própria, de 28,4% para 34,4% entre 2000 e 2010. (Gráfico 10)

Desagregando as atividades econômicas, segundo as divisões da Classificação Brasileira de Atividades Econômicas

(CNAE), verificou-se que as 10 principais divisões econômicas em quantidade de empregados sem carteira assinada representavam 82,9% do total, em 2000, e 80,3%, em 2010. A maioria das divisões econômicas estava ligada aos setores de Comércio e Serviços. A divisão que se destacou foi Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados nos dois anos selecionados, apesar de ter diminuído a sua participação no total de empregados sem carteira assinada durante o período, de 34,5% para 28,2%. Outra divisão que se sobressaiu em ambos os anos foi a de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, embora tenha ocupado posições diferentes em relação ao número de empregados sem carteira assinada. Chama-se a atenção à presença desses empregados com vínculos informais de trabalho na Administração pública, defesa e seguridade social, em 2010 (Tabela 5).

TABELA 5

DISTRIBUIÇÕES ABSOLUTA E RELATIVA DE EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA, SEGUNDO AS 10 DIVISÕES DA CNAE COM A MAIOR QUANTIDADE DE TRABALHADORES SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA BAHIA, 2000 E 2010

Divisão CNAE	2000		Divisão CNAE	2010	
	Número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada na divisão CNAE	Em %		Número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada na divisão CNAE	Em %
01 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	387.416	34,5	01 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	361.648	28,2
02 Correio e outras atividades de entrega	134.821	12,0	02 Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	180.466	14,1
03 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	121.118	10,8	03 Serviços especializados para construção	117.917	9,2
04 Atividades de vigilância, segurança e investigação	73.622	6,6	04 Educação	93.283	7,3
05 Alojamento	51.981	4,6	05 Administração pública, defesa e seguridade social	70.590	5,5
06 Atividades veterinárias	44.210	3,9	06 Atividades mal definidas	58.087	4,5
07 Transporte aquaviário	37.321	3,3	07 Alimentação	48.177	3,8
08 Atividades de rádio e de televisão	27.380	2,4	08 Transporte terrestre	35.948	2,8
09 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	26.299	2,3	09 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	33.964	2,6
10 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	25.663	2,3	10 Atividades de atenção à saúde humana	30.666	2,4
Total nas 10 divisões	929.831	82,9	Total nas 10 divisões	1.030.746	80,3
Total de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada	1.122.014	100,0	Total de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada	1.283.713	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

Como os empregados sem carteira assinada são uma das posições na ocupação mais expressivas no mercado de trabalho da Bahia, junto com os trabalhadores por conta própria e empregados com carteira assinada, diversas divisões de atividade econômica que se destacam para eles estão presentes entre as principais divisões do total de ocupados (Anexo 8).

Para os trabalhadores por conta própria, a classificação das 10 divisões econômicas com as maiores participações no total desses trabalhadores equivalem a 87,0% do total, em 2000, e 84,8%, em 2010. Assim como foi observado nos empregados sem carteira assinada, a divisão Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados também era a mais significativa, representando 32,0% do total de contas próprias, em 2000, e 28,7%, em 2010 (Tabela 6).

TABELA 6

DISTRIBUIÇÕES ABSOLUTA E RELATIVA DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, SEGUNDO AS 10 DIVISÕES DA CNAE COM A MAIOR QUANTIDADE DE TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA BAHIA, 2000 E 2010

Divisão CNAE	2000		Divisão CNAE	2010	
	Número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada na divisão CNAE	Em %		Número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada na divisão CNAE	Em %
01 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	366.388	32,0	01 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	379.076	28,7
02 Correio e outras atividades de entrega	230.339	20,1	02 Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	286.318	21,7
03 Alojamento	99.855	8,7	03 Serviços especializados para construção	114.681	8,7
04 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	86.648	7,6	04 Atividades mal definidas	70.508	5,3
05 Atividades de rádio e de televisão	59.693	5,2	05 Transporte terrestre	61.819	4,7
06 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	38.897	3,4	06 Outras atividades de serviços pessoais	58.048	4,4
07 Atividades esportivas e de recreação e lazer	37.441	3,3	07 Alimentação	56.774	4,3
08 Transporte aquaviário	26.224	2,3	08 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	33.745	2,6
09 Impressão e reprodução de gravações	26.160	2,3	09 Pesca e aquicultura	31.310	2,4
10 Extração de carvão mineral	23.202	2,0	10 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	28.381	2,1
Total nas 10 divisões	994.847	87,0	Total nas 10 divisões	1.120.660	84,8
Total de trabalhadores conta-própria	1.143.388	100,0	Total de trabalhadores conta-própria	1.321.367	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

Ressalte-se que houve uma grande semelhança entre as divisões econômicas mais expressivas para os empregados sem carteira e para os conta própria, com apenas três exceções, em 2000, no tocante às Atividades esportivas e de recreação e lazer, de Impressão e reprodução de gravações e de Extração mineral, que eram específicas dos conta própria. Em 2010, novamente as divisões se igualaram, retirando-se Outras atividades de serviços pessoais, Pesca e aquicultura e Confecção de artigos do vestuário e acessórios.

As 10 divisões de atividade econômica que mais empregavam com carteira assinada, na Bahia, correspondiam a 74,1% do total, em 2000, e a 66,9%, em 2010. Diferentemente dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria, que tinham uma divisão ligada ao setor Agrícola como principal geradora de seus postos de trabalho, para os empregados com carteira assinada a divisão mais representativa pertencia aos setores de Serviços, em 2000, e de Comércio, em 2010 (Tabela 7).

TABELA 7

DISTRIBUIÇÕES ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA, SEGUNDO AS 10 DIVISÕES DA CNAE COM A MAIOR QUANTIDADE DE EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA BAHIA, 2000 E 2010

Divisão CNAE	2000		Divisão CNAE	2010	
	Número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada na divisão CNAE	Em %		Número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada na divisão CNAE	Em %
01 Correio e outras atividades de entrega	164.843	14,9	01 Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	304.087	16,7
02 Atividades de vigilância, segurança e investigação	127.223	11,5	02 Serviços especializados para construção	146.519	8,1
03 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	92.821	8,4	03 Educação	146.019	8,0
04 Atividades veterinárias	92.700	8,4	04 Atividades mal definidas	139.351	7,7
05 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	80.278	7,3	05 Administração pública, defesa e seguridade social	110.648	6,1
06 Educação	66.167	6,0	06 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	103.711	5,7
07 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	65.549	5,9	07 Atividades de atenção à saúde humana	102.707	5,7
08 Alojamento	47.859	4,3	08 Transporte terrestre	70.851	3,9
09 Atividades de rádio e de televisão	47.066	4,3	09 Alimentação	54.294	3,0
10 Transporte aquaviário	32.467	2,9	10 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	36.675	2,0
Total nas 10 divisões	816.973	74,1	Total nas 10 divisões	1.214.862	66,9
Total de trabalhadores com carteira de trabalho assinada	1.102.952	100,0	Total de trabalhadores com carteira de trabalho assinada	1.817.204	100,0

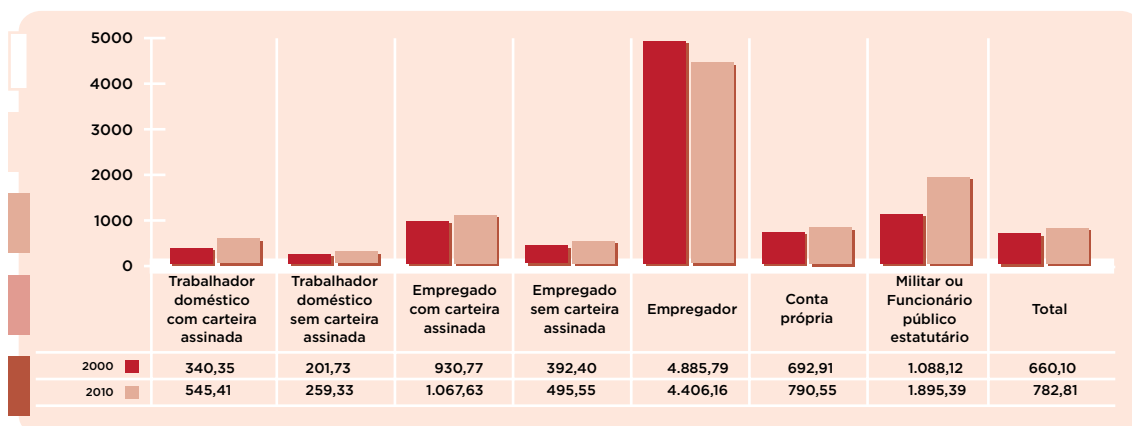
Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

Comparando as divisões de atividade econômicas mais relevantes para os empregados com carteira assinada com as dos ocupados informais (empregados sem carteira assinada e conta própria), nota-se que houve total semelhança com as 10 principais divisões dos empregados sem carteira assinada tanto em 2000 quanto em 2010, com exceção do ano inicial do período, quando a Educação era importante apenas para os empregados com carteira e a Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, somente para os empregados sem carteira assinada (Tabelas 5 e 7).

Na Bahia, o rendimento médio real dos ocupados cresceu 18,3%, de R\$ 660,10 para R\$ 782,81 entre os anos 2000 e 2010. Se, de um lado, os rendimentos médios reais mais elevados eram os dos empregadores e dos empregados formais, formado pelos empregados com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários, do outro, o Trabalhador doméstico sem carteira assinada tinha o menor rendimento real médio do período, a despeito de ampliarem o ganho a uma taxa superior da média geral (28,6%), de R\$ 201,73 para 259,33 (Gráfico 11).

GRÁFICO 11

RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

Nota: valores deflacionados pelo INPC, em valores R\$ do ano de 2010.

Na sequência, estavam os empregados sem carteira assinada, com rendimentos reais médios de R\$ 392,40, em 2000, e passando para R\$ 495,55, em 2010. Vale lembrar que o salário mínimo nesse último ano era R\$ 510,00, o que demonstra uma forte aderência da remuneração desses trabalhadores, mesmo esta não sendo uma ocupação protegida. Tal fato evidencia a relevância da política de valorização do salário mínimo, ainda mais em um mercado de trabalho com desigualdades de renda tão profundas.

Os conta própria ganhavam, em média, mais do que os trabalhadores domésticos com carteira assinada, apesar do seu rendimento relativamente baixo, se comparado aos mais elevados. Apenas entre os empregadores ocorreu diminuição de rendimentos no intervalo dos dez anos entre 2000 e 2010 (-9,8%).

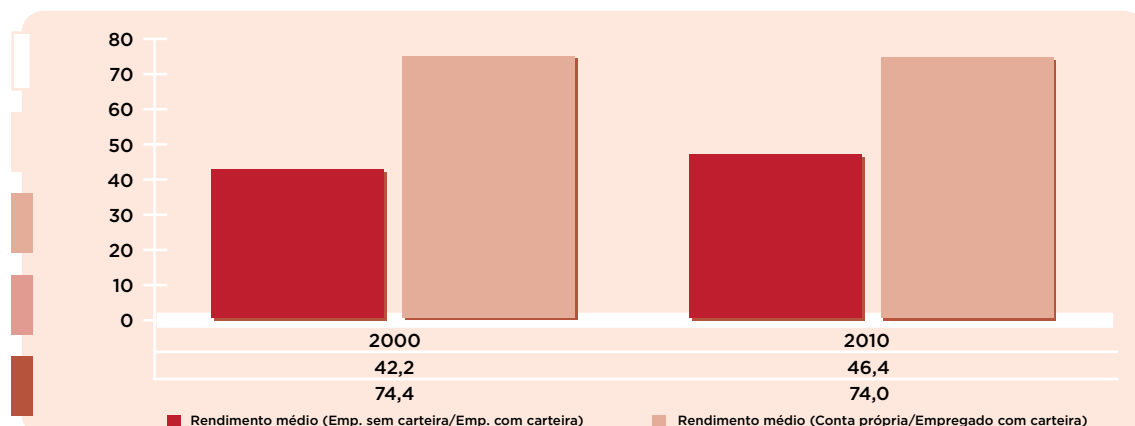
Ao se comparar os rendimentos das ocupações informais em relação ao dos

Empregados com carteira assinada, os Empregados sem carteira assinada revelavam uma situação mais desvantajosa. Enquanto os empregados sem carteira auferiam rendimentos que não correspondiam a 50% do que os empregados com carteira recebiam, os Conta própria alcançavam quase $\frac{3}{4}$ (Gráfico 12). Entre 2000 e 2010, somente os empregados sem carteira ampliaram os seus rendimentos o suficiente para aumentar a sua participação em relação aos rendimentos dos Empregados com carteira assinada. Os conta própria mantiveram a sua proporção praticamente estável.

Não obstante, o rendimento médio real dos Empregados sem carteira assinada equivalia a 42,2% do rendimento médio real dos Empregados com carteira assinada, em 2000, e mesmo com o aumento de seus rendimentos para 46,4%, em 2010, ainda era menos da metade do que auferiam os empregados com carteira.

GRÁFICO 12

PROPORÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA E DOS CONTA PRÓPRIA EM RELAÇÃO AO DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA - BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.
Nota: valores deflacionados pelo INPC, em valores R\$ do ano de 2010.

Na Bahia, o total de ocupados tinha a maior parte dos seus rendimentos resultante do trabalho principal. Assim, em 2000, 88,2% dos rendimentos eram auferidos no trabalho principal, 3,4% vinham dos demais trabalhos e 8,4%, de outras fontes. Em 2010, embora a proporção dos rendimentos que era conseguida no trabalho principal tenha sido reduzida para 82,4%, ainda era o tipo de rendimento majoritário, contra os rendimentos dos demais trabalhos (4,2%) e de outras fontes (13,4%). Em todas as posições na ocupação, o total de rendimentos do trabalhador era proveniente, predominantemente, dos rendimentos obtidos no trabalho principal, com destaque para o Trabalhador doméstico com carteira assinada, com as proporções mais significativas nos anos 2000 e 2010. As exceções ficaram por conta dos Trabalhadores não remunerados e Trabalhadores na produção para o próprio consumo, que auferiam

seus rendimentos, sobretudo, de outras fontes¹⁵ (Tabela 8).

Como se pode observar no Anexo 9, entre 2000 e 2010, houve uma redução generalizada das participações dos rendimentos no trabalho principal no total de rendimentos, ao passo que as participações dos rendimentos nos demais trabalhos e dos rendimentos de outras fontes foram acrescidas. Praticamente em todas as posições na ocupação os rendimentos totais foram mais incrementados pelos rendimentos de outras fontes, que incluem as bolsas de programas sociais do governo¹⁶, sendo de relevância vital para os trabalhadores que quase não possuem rendimentos através do trabalho.

¹⁵ - Para ver todos os rendimentos oriundos de outras fontes, consultar o glossário no final do estudo.

¹⁶ - A ampliação dos rendimentos de outras fontes foi causada, dentre outros motivos, pelos investimentos que o governo fez no sistema de proteção social às famílias participantes dos programas sociais, como uma das medidas de combate aos efeitos econômicos da crise internacional. Segundo relatório da OIT (2012), o governo aumentou os valores dos benefícios, ampliou a cobertura do Bolsa Família e, além disso, prolongou a duração dos benefícios do seguro desemprego, que também compõe os rendimentos de outras fontes.

TABELA 8

**PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS RENDIMENTOS DAS PESSOAS,
POR TIPO DE RENDIMENTO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BAHIA, 2000 E 2010**

Posição na ocupação	2000				2010			
	Total de rendimentos no trabalho principal	Total de rendimentos nos demais trabalhos	Rendimento de outras fontes (1)	Total de rendimentos	Total de rendimentos no trabalho principal	Total de rendimentos nos demais trabalhos	Rendimento de outras fontes (1)	Total de rendimentos
Trabalhador doméstico com carteira assinada	93,3	0,8	5,9	100,0	91,0	1,1	7,9	100,0
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	92,4	0,9	6,7	100,0	78,6	1,7	19,7	100,0
Empregado com carteira assinada	90,4	3,8	5,8	100,0	85,8	3,9	10,3	100,0
Empregado sem carteira assinada	90,4	2,6	7,0	100,0	85,4	4,4	10,2	100,0
Empregador	88,2	4,3	7,5	100,0	81,6	4,8	13,6	100,0
Conta-própria	87,5	2,6	9,9	100,0	81,6	3,8	14,6	100,0
Trabalhador não remunerado	0,0	1,4	98,6	100,0	0,0	1,1	98,9	100,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,0	15,9	84,1	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Militar ou funcionário público estatutário	86,4	5,8	7,8	100,0	81,8	6,9	11,3	100,0
Total	88,2	3,4	8,4	100,0	82,4	4,2	13,4	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: (1) Rendimento de outras fontes = rendimentos de aluguel, de aposentadoria ou pensão, de pensão alimentícia, mesada, doação, de programas sociais (renda mínima, bolsa escola, bolsa família etc.) e de seguro desemprego.

Em 2010, o setor de Serviços registrou os rendimentos médios reais mais elevados e o setor Agrícola, os rendimentos menores, para todas as posições ocupacionais selecionadas (Tabela 9).

Entre os empregados sem carteira assinada, o setor de Serviços disponibilizava os rendimentos médios reais mais elevados, com R\$ 678,87, em 2000, e R\$ 735,92, em 2010, um acréscimo de 8,4%, no período. Os rendimentos mais baixos, registrados no setor Agrícola, saíram de R\$ 236,58 para R\$ 257,84, respectivamente, mas foi na Construção que ocorreu o menor incremento relativo (2,2%). Para os Conta própria, a Construção foi o setor que mais ampliou os rendimentos no período (49,8%) e nos setores Agrícola e Comércio e reparação registraram-se as menores taxas de crescimento, cada um com

1,4%. Já para os Empregados com carteira assinada, a elevação dos rendimentos foi mais expressiva no setor Agrícola (48,7%) e a Indústria registrou uma leve perda de 0,8%.

Deve-se destacar que nos Serviços e na Construção, os rendimentos médios reais dos trabalhadores por conta própria eram mais elevados do que os dos empregados com carteira assinada, em 2010. No Comércio e reparação, os rendimentos dos Conta própria superavam os dos Empregados com carteira assinada tanto em 2000 como em 2010. A remuneração média do Empregador decresceu em todos os setores, à exceção da Indústria, que registrou uma variação relativa positiva de 17,7% no período. O maior recuo do rendimento médio dos Empregadores ocorreu na Construção, com -34,0%.

TABELA 9

RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO POSIÇÕES OCUPACIONAIS SELECIONADAS BAHIA, 2000 E 2010

Setores de atividade	Posições ocupacionais	2000	2010	Variação % (2010/2000)
Agrícola	Empregado com carteira assinada	440,25	654,55	48,7
	Empregado sem carteira assinada	236,58	257,84	9,0
	Empregador	3.477,11	3.264,40	-6,1
	Conta-própria	360,84	365,72	1,4
Indústria	Empregado com carteira assinada	1.123,84	1.114,67	-0,8
	Empregado sem carteira assinada	414,78	498,39	20,2
	Empregador	4.206,74	4.950,68	17,7
	Conta-própria	594,79	703,51	18,3
Construção	Empregado com carteira assinada	882,58	829,29	-6,0
	Empregado sem carteira assinada	457,96	468,02	2,2
	Empregador	6.076,24	4.010,90	-34,0
	Conta-própria	612,71	917,81	49,8
Comércio e Reparação	Empregado com carteira assinada	627,77	700,06	11,5
	Empregado sem carteira assinada	359,36	409,85	14,1
	Empregador	3.781,63	3.434,78	-9,2
	Conta-própria	709,33	719,10	1,4
Serviços	Empregado com carteira assinada	979,95	1.228,53	25,4
	Empregado sem carteira assinada	678,87	735,92	8,4
	Empregador	5.362,79	5.261,15	-1,9
	Conta-própria	963,24	1.314,14	36,4

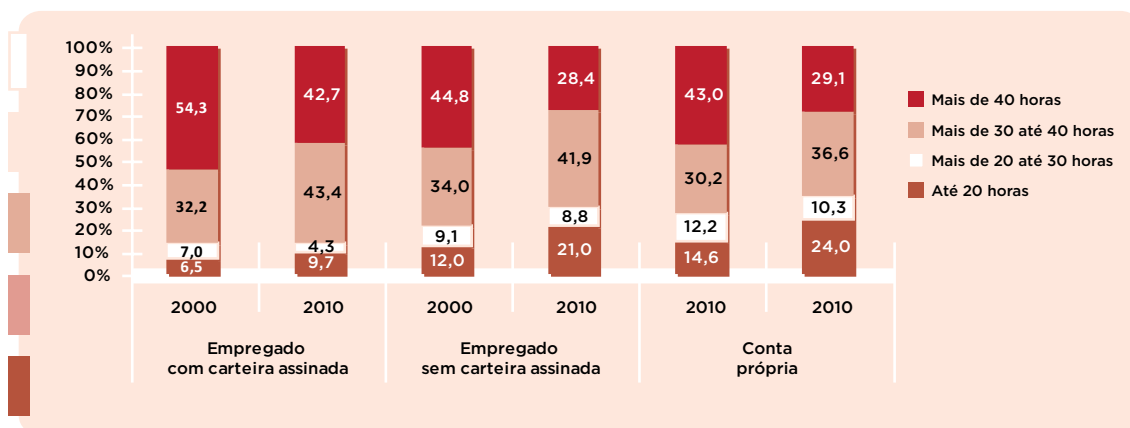
Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.
Nota: valores deflacionados pelo INPC, em valores R\$ do ano de 2010.

Durante o período, tanto para os empregados com carteira como para os empregados informais (empregados sem carteira assinada e conta própria), houve reduções da proporção de ocupados nas faixas de horas semanais trabalhadas Mais de 40 horas e Mais de 20 até 30 horas. Já a faixa menor (Até 20 horas) e a de Mais de 30 a 40 horas ampliaram a participação dos ocupados (Gráfico 13).

Os movimentos diametralmente opostos da jornada nas faixas Mais de 40 horas (redução) e Até 20 horas (crescimento) foram positivos, pois sinalizam uma diminuição da jornada para uma quantidade de horas inferior à jornada máxima legal. Vale destacar que os empregados com carteira assinada ainda possuíam os percentuais mais expressivos de ocupados na maior faixa de horas semanais trabalhadas em 2010.

GRÁFICO 13

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS COM E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA E DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, SEGUNDO A JORNADA DE TRABALHO – BAHIA, 2000 E 2010 (POR FAIXAS DE HORAS SEMANAIS)



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

A contribuição à previdência social era realizada por apenas 10,5% do total de ocupados que não tinham contribuição compulsória, em 2000, e passou para 14,2%, em 2010. Embora tenha se ampliado no período, esse percentual ainda é muito baixo, uma vez que, em 2010, quase 86% destes ocupados não eram contribuintes. A situação é grave e indica um estado de vulnerabilidade social muito acentuado, porque este percentual tão elevado de trabalhadores sem proteção social, em caso de doenças, férias e outros descansos, deixa de receber salários (Gráfico 14).

Os grandes responsáveis pela alta representatividade da não contribuição previdenciária no mercado de trabalho baiano são o trabalhador doméstico sem carteira assinada, o empregado sem carteira assinada e os conta própria, trabalhadores que não possuem contribuição compulsória. No período, os empregados sem carteira assinada destacaram-se por quase dobrar o percentual de contribuintes à previdência.

Deve-se ressaltar que os empregadores também não possuíam contribuição previdenciária compulsória, contudo, registraram um elevado percentual de contribuintes, que inclusive aumentou em relação a 2000. Os trabalhadores domésticos sem carteira assinada registraram os menores percentuais como contribuintes, com apenas 3,4%, em 2000, e 4,0%, em 2010, reduzindo pouco a proporção bastante significativa de não contribuintes para 96,0% ao final do período.

Como já foi exposto anteriormente, os empregados domésticos são formados basicamente por mulheres que, mesmo quando têm a carteira assinada, não possuem todos os direitos dos demais trabalhadores celetistas. As legislações mais recentes, de regulamentação desta ocupação, Lei Nº 10.208/2001 e Lei Nº 11.324/2006, não conseguem equiparar todos os direitos. A primeira lei deixa como opcional o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o acesso ao seguro desemprego e a segunda, é mais am-

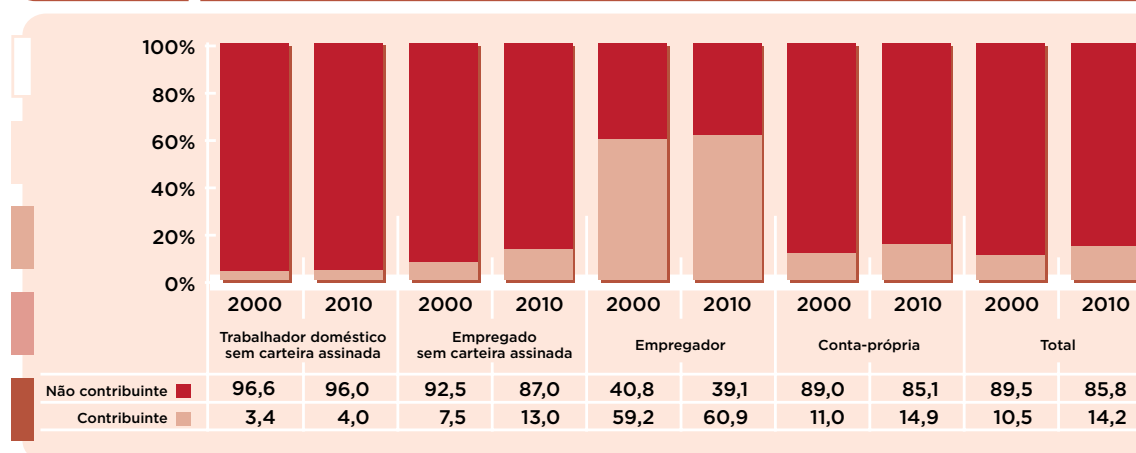
pla, referindo-se a férias, feriados, descontos e estimula que a contribuição previdenciária ocorra, através da dedução do pagamento no imposto de renda do empregador, que ele faz referente à contribuição do empregado doméstico para o INSS¹⁷ (DIEESE, 2012).

17 - O incentivo de dedução no imposto de renda do empregador regulamentado em Lei foi criado porque mesmo quando o vínculo da trabalhadora doméstica é formal, nem sempre o recolhimento do percentual para a contribuição à previdência social era feito. O Censo Demográfico só investigou as posições ocupacionais que não têm contribuição compulsória, impossibilitando analisar esta situação em específico.

Mesmo os pequenos empregadores (1 a 5 empregados) tinham um percentual expressivo de contribuintes à previdência e aumentaram essa proporção no período de 52,4% para 54,3%. Já os grandes empregadores (acima de 6 empregados) tinham a participação na contribuição mais elevada, no entanto, houve redução dos contribuintes no período de 77,7% para 74,2% (Gráfico 15).

GRÁFICO 14

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR POSIÇÕES OCUPACIONAIS SELECIONADAS, SEGUNDO A CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL BAHIA, 2000 E 2010

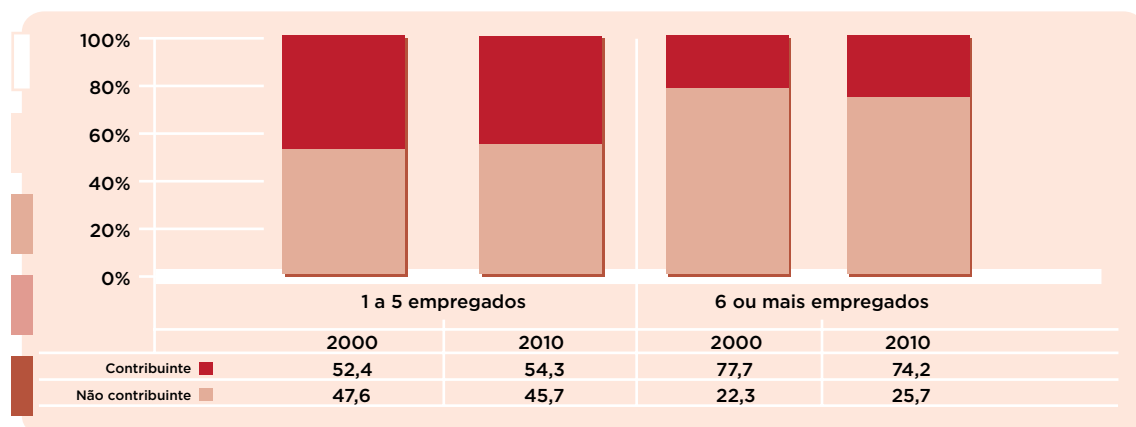


Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: o total é formado pelo conjunto dessas posições ocupacionais, excluindo aquelas em que a contribuição previdenciária é compulsória (empregados com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários) e as em que não há contribuição (trabalhadores não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo). O Censo não investigou a contribuição previdenciária dos trabalhadores domésticos com carteira assinada.

GRÁFICO 15

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADORES, POR PORTE, SEGUNDO A CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL (EM NÚMEROS DE EMPREGADOS) BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.



Desagregação Intraterritorial da Estrutura Ocupacional da Bahia



4.0. DISTRIBUIÇÃO NOS ESPAÇOS URBANO E RURAL

Os ocupados no mercado de trabalho da Bahia estão majoritariamente localizados na área urbana. Em 2000, representavam 67,6% dos ocupados e em 2010 aumentaram essa participação para 73,2% do total. Houve crescimento da zona urbana para todas as posições ocupacionais, exceto Trabalhador doméstico sem carteira assinada, que se manteve estável, durante a década, com destaque para os empregadores, empregados com carteira assinada e trabalhadores domésticos com carteira assinada, que tinham os percentuais mais significativos de seus trabalhadores nesta situação domiciliar (Gráfico 16).

Os empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria, embora tenham registrado a maioria de seus ocupados como urbanos, ainda revelaram um percentual significativo de trabalhadores na área rural em 2010, com 31,1% e 29,8%, respectivamente. Já os trabalhadores na produção para o próprio consumo, tinham 87,3% de seus ocupados no rural, em 2000, e os não

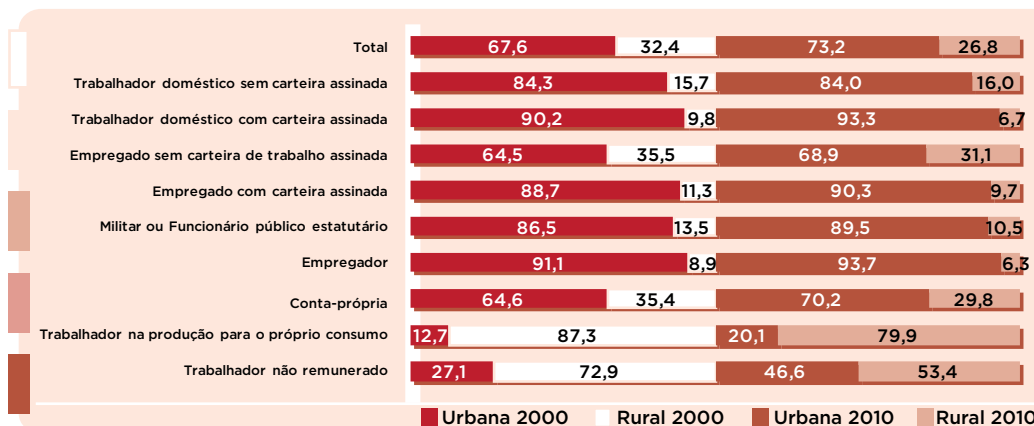
remunerados, 72,9%. Estas duas posições ocupacionais têm uma participação elevada no setor Agrícola e por este motivo trabalhavam, principalmente, na área rural. Em 2010, houve a ampliação dos ocupados urbanos, nesse setor, porém, esse movimento não foi suficiente para inverter a situação inicial. Em 2000, o trabalhador não remunerado se concentrava na zona rural (72,9%). Ao final de 2010, essa proporção havia se reduzido a 53,4%, correspondendo um aumento elevado da participação desses ocupados na zona urbana.

4.1. DISTRIBUIÇÃO NAS ÁREAS METROPOLITANA E NÃO METROPOLITANA

Acompanhando a distribuição da maioria dos ocupados na área urbana, há uma concentração das ocupações na área não metropolitana do estado. Em 2000, 75,4% dos ocupados baianos trabalhavam na região não metropolitana de Salvador e reduziram a sua participação para 72,2%, em 2010. Essa leve desconcentração das oportunidades de trabalho para a área metropolitana do estado pode ter sido influenciada

GRÁFICO 16

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO BAHIA, 2000 E 2010



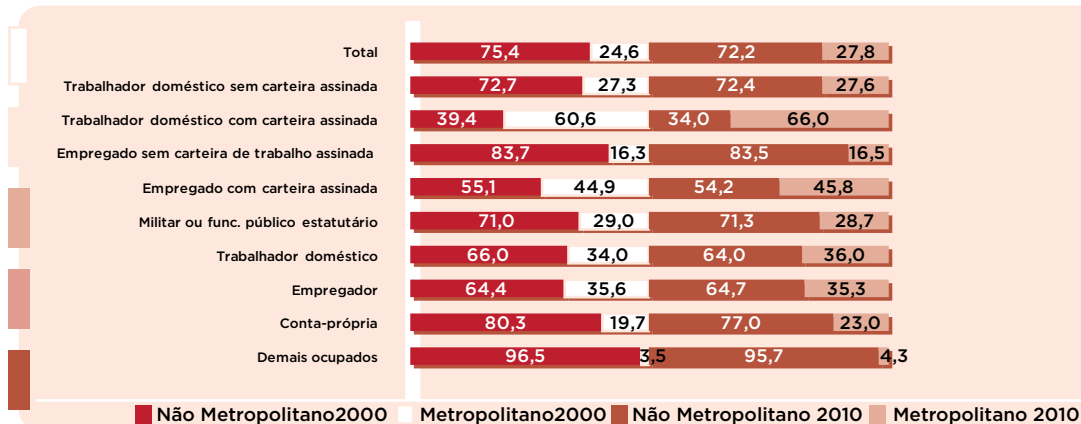
Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

pelo crescimento econômico mais intenso da área metropolitana, que é a mais desenvolvida do estado. Assim, 24,6% dos ocupados trabalhavam na RMS, em 2000, e essa proporção foi ampliada para 27,8% do total, em 2010 (Gráfico 17).

Já os empregos protegidos estão mais localizados na área urbana e na Região Metropolitana de Salvador (RMS), sendo que, em 2010, 66,0% dos trabalhadores domésticos com carteira assinada trabalhavam nesta região, 45,8% dos empregados com carteira assinada, 35,3%

GRÁFICO 17

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NAS ÁREAS METROPOLITANA OU NÃO METROPOLITANA - BAHIA, 2000 E 2010



Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

Nota: considera-se, por Demais ocupados, os Trabalhadores na produção para o próprio consumo e os Trabalhadores não remunerados.

dos empregadores e 28,7% dos militares e funcionários públicos estatutários. Ressalte-se que, no final do período, os trabalhadores domésticos formalizados eram os únicos que possuíam mais da metade de seus trabalhadores empregados na RMS.

A região não metropolitana de Salvador destacava-se pela quantidade mais significativa de oportunidades de trabalho, contudo, não havia uma garantia de melhoria da qualidade de vida nesse espaço, visto que, nele, os tipos de trabalho que predominavam eram as ocupações informais e precárias, como Demais ocupados, Trabalhadores domésticos sem carteira assinada, Empregados sem carteira assinada e Conta própria.

4.2. DISTRIBUIÇÃO NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

A formalização dos empregos cresceu em todo o território baiano na década, resultando numa queda proporcional da informalidade. No estado, a formalização das ocupações cresceu de 28,5% para 35,3%. Essa expansão dos empregos formais tornou a estrutura das ocupações mais concentrada. A participação do Emprego sem carteira caiu de 24,5% para 22,0% e os conta-própria passaram de 25,0% para 22,6%. A maior queda na participação no total de ocupações ocorreu nas demais ocupações, de 22,1% para 15,0% (Tabela 10).

Verificando a distribuição destas posições ocupacionais nos Territórios de Identidade da Bahia, nota-se que o Território Metropolitano de Salvador é o único território em que mais da metade de seus trabalhadores (51,9%) tinham vínculos formais em 2010. Além dele, destacam-se com os percentuais mais elevados de emprego formal, o Médio Sudoeste da Bahia (44,5%) e o Portal do Sertão (43,8%).

Olhando para a informalidade do emprego, observa-se que, em 2010, Irecê (35,2%), Piemonte do Paraguaçu (31,8%) e Chapada Diamantina (31,1%) foram os três territórios com as participações mais altas de empregados sem carteira assinada. Deve-se destacar, que em Irecê, os empregos sem carteira cresceram no período de 2000 a 2010, partindo de 28,3%, em 2000. As maiores participações de trabalhadores por conta própria estavam no Baixo Sul, com 36,7%, em 2010, contra 33,1%, em 2000, e Vale do Jequiriçá (30,1%), mostrando estabilidade relativamente a 2000.

Agregando a participação dos empregados sem carteira assinada e por conta própria nos 27 territórios de identidade baianos, em 2010, tem-se que, em 10 territórios, estes trabalhadores representavam mais de 50,0% do total de ocupados (cor amarela), em 11 outros territórios, eram mais de 45,0% até 50,0% (cor laranja) e nos seis territórios restantes, eram mais de 30,0% até 45,0% (cor vermelha).

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE SEGUNDO POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO SELECIONADAS (EM %) BAHIA, 2000 E 2010

Bahia e Territórios de Identidade	Empregado formal (1)		Empregado sem carteira assinada		Conta-própria		Demais ocupados (2)		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
01 Irecê	13,9	15,8	28,3	35,2	31,8	28,3	25,9	20,8	100,0	100,0
02 Piemonte do Paraguaçu	18,8	21,8	32,5	31,8	23,2	20,3	25,5	26,1	100,0	100,0
03 Chapada Diamantina	12,3	17,3	31,5	31,1	28,1	23,3	28,0	28,3	100,0	100,0
04 Vale do Jequiriçá	14,6	16,8	35,7	29,9	30,1	30,1	19,7	23,2	100,0	100,0
05 Bacia do Paramirim	15,2	16,5	23,2	29,1	24,8	18,2	36,8	36,2	100,0	100,0
06 Bacia do Jacuípe	14,3	18,0	30,4	28,6	22,3	21,4	33,1	32,0	100,0	100,0
07 Médio Rio de Contas	27,7	32,7	32,4	28,6	25,2	23,0	14,7	15,7	100,0	100,0
08 Bacia do Rio Corrente	12,7	18,8	24,1	28,3	25,8	20,4	37,3	32,5	100,0	100,0
09 Vitória da Conquista	19,6	29,1	31,4	28,0	24,7	21,7	24,3	21,2	100,0	100,0
10 Semiárido Nordeste II	10,7	14,3	28,6	27,9	29,9	25,7	30,8	32,2	100,0	100,0
11 Piemonte da Diamantina	15,9	20,8	30,9	27,7	28,7	27,5	24,5	24,0	100,0	100,0
12 Sisal	14,0	18,5	29,5	27,4	23,1	21,6	33,5	32,6	100,0	100,0
13 Velho Chico	13,6	18,1	21,7	27,2	27,3	22,0	37,3	32,7	100,0	100,0
14 Baixo Sul	19,1	19,4	28,9	26,8	33,1	36,7	19,0	17,1	100,0	100,0
15 Sertão Produtivo	19,7	24,4	25,0	25,6	27,8	25,2	27,5	24,8	100,0	100,0
16 Piemonte Norte do Itapicuru	17,3	22,2	25,5	25,5	28,7	25,4	28,6	26,9	100,0	100,0
17 Médio Sudoeste da Bahia	27,4	42,5	35,6	25,1	22,3	17,8	14,7	14,6	100,0	100,0
18 Extremo Sul	28,6	36,1	29,9	24,6	24,9	23,1	16,7	16,1	100,0	100,0
19 Costa do Descobrimento	28,0	37,9	31,8	24,6	24,2	23,0	16,0	14,5	100,0	100,0
20 Litoral Sul	35,9	38,4	24,9	23,9	24,1	23,9	15,1	13,8	100,0	100,0
21 Sertão do São Francisco	24,1	28,4	22,7	22,6	30,0	25,4	23,2	23,7	100,0	100,0
22 Oeste Baiano	22,5	34,9	27,9	21,6	24,9	20,7	24,7	22,8	100,0	100,0
23 Litoral Norte e Agreste Baiano	24,9	32,7	24,8	21,4	26,0	23,9	24,3	22,0	100,0	100,0
24 Itaparica	28,1	35,7	18,8	21,0	26,0	21,6	27,1	21,7	100,0	100,0
25 Recôncavo	28,0	33,1	20,8	19,0	28,5	25,6	22,7	22,3	100,0	100,0
26 Portal do Sertão	28,6	38,2	20,2	18,5	25,9	22,9	25,4	20,5	100,0	100,0
27 Metropolitano de Salvador	49,1	55,6	16,2	12,8	20,1	18,9	14,7	12,6	100,0	100,0
Bahia	28,5	35,3	24,5	22,0	25,0	22,6	22,1	20,1	100,0	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. / Elaboração: DIEESE.

Nota: 1) empregado formal = empregado com carteira de trabalho assinada e militares ou funcionários públicos estatutários e 2) demais posições ocupacionais = trabalhadores não remunerados em ajuda à membro do domicílio, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores domésticos e empregadores.

■ Mais de 50% conta própria e empregados sem carteira ■ Mais de 45% a 50% conta própria e empregados sem carteira ■ Até 45% conta própria e empregada sem carteira

O Território Metropolitano de Salvador registrou o maior percentual de empregados sem carteira assinada da Bahia durante o período, com 16,2% do total, em 2000, diminuindo para 15,7%, em 2010. Vitória da Conquista era o segundo território em que os empregados sem carteira assinada tinham a participação mais significativa e também reduziu esta proporção ao longo da década, passando de 7,1%, em 2000, para 6,3%, em 2010 (Tabela 11).

O mesmo não foi observado para a Região Metropolitana de Salvador em relação aos Trabalhadores por conta própria.

A despeito de ser o território mais expressivo na participação destes trabalhadores, no período, diferente da redução ocorrida entre os empregados sem carteira assinada, houve ampliação de 19,7% do total para 22,6%. O segundo principal território foi o Portal do Sertão e nele o percentual de conta própria também cresceu, saindo de 5,7%, em 2000, para 6,8%, em 2010. A Bacia do Paramirim foi o território com as menores participações de ocupados informais, com 1,0% de empregados sem carteira assinada e 0,9% de conta própria, em 2010.

TABELA 11

DISTRIBUIÇÕES ABSOLUTA E RELATIVA DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA E DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE - BAHIA, 2000 E 2010

Bahia e Territórios de Identidade	2000				2010			
	Empregado sem carteira de trabalho assinada		Conta-própria		Empregado sem carteira de trabalho assinada		Conta-própria	
	Em nº Absoluto	Em %	Em nº Absoluto	Em %	Em nº Absoluto	Em %	Em nº Absoluto	Em %
01 Metropolitano de Salvador	181.749	16,2	225.297	19,7	202.126	15,7	298.339	22,6
02 Portal do Sertão	60.491	5,4	77.585	6,8	72.741	5,7	89.948	6,8
03 Litoral Sul	65.592	5,8	63.642	5,6	70.217	5,5	70.045	5,3
04 Vitória da Conquista	80.172	7,1	63.240	5,5	80.621	6,3	62.541	4,7
05 Recôncavo	38.993	3,5	53.360	4,7	44.803	3,5	60.470	4,6
06 Litoral Norte e Agreste Baiano	46.563	4,1	48.687	4,3	51.721	4,0	57.728	4,4
07 Baixo Sul	33.043	2,9	37.843	3,3	41.332	3,2	56.574	4,3
08 Sisal	57.804	5,2	45.315	4,0	66.991	5,2	52.770	4,0
09 Sertão Produtivo	36.511	3,3	40.541	3,5	49.311	3,8	48.416	3,7
10 Sertão do São Francisco	34.069	3,0	44.916	3,9	42.657	3,3	47.913	3,6
11 Irecê	36.069	3,2	40.564	3,5	55.302	4,3	44.457	3,4
12 Semiárido Nordeste II	41.013	3,7	42.922	3,8	45.647	3,6	41.965	3,2
13 Extremo Sul	38.917	3,5	32.431	2,8	42.213	3,3	39.674	3,0
14 Vale do Jequiriçá	42.070	3,7	35.414	3,1	37.830	2,9	38.134	2,9
15 Chapada Diamantina	41.693	3,7	37.149	3,2	45.598	3,6	34.169	2,6
16 Costa do Descobrimento	32.443	2,9	24.676	2,2	35.523	2,8	33.291	2,5
17 Oeste Baiano	28.332	2,5	25.317	2,2	34.690	2,7	33.277	2,5
18 Médio Rio de Contas	38.591	3,4	29.994	2,6	39.526	3,1	31.840	2,4
19 Velho Chico	23.535	2,1	29.642	2,6	35.701	2,8	28.876	2,2
20 Piemonte da Diamantina	24.929	2,2	23.186	2,0	26.371	2,1	26.164	2,0
21 Piemonte Norte do Itapicuru	20.123	1,8	22.640	2,0	25.948	2,0	25.918	2,0
22 Bacia do Jacuípe	27.090	2,4	19.937	1,7	27.959	2,2	20.905	1,6
23 Piemonte do Paraguaçu	27.320	2,4	19.451	1,7	31.077	2,4	19.882	1,5
24 Médio Sudoeste da Bahia	28.722	2,6	18.017	1,6	25.004	1,9	17.688	1,3
25 Bacia do Rio Corrente	16.507	1,5	17.706	1,5	20.596	1,6	14.875	1,1
26 Itaparica	9.149	0,8	12.667	1,1	13.163	1,0	13.593	1,0
27 Bacia do Paramirim	10.527	0,9	11.250	1,0	19.046	1,5	11.916	0,9
Bahia	1.122.014	100,0	1.143.388	100,0	1.283.713	100,0	1.321.367	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

O conjunto dos trabalhadores domésticos com carteira assinada nos dez municípios não metropolitanos selecionados representava 40,5% do total dos municípios não metropolitanos, em 2000, e passaram para 46,4% do total, em 2010. O município de Feira de Santana, pertencente ao território Portal do Sertão, foi o que se destacou com o número mais significativo de 3.939 desses trabalhadores ao final do período. Eunápolis, do território Costa do Descobrimento, tinha a menor quantidade, de 532 (Tabela 12).

Já os Trabalhadores domésticos sem carteira assinada, desses dez municípios, representavam 25,3% do total dos municípios não metropolitanos, em 2000, e diminuíram a sua participação para 23,5% do total, em 2010. Os municípios de Feira de Santana, do território Portal do Sertão, e Vitória da Conquista, do território de Vitória da Conquista, sobressaíram-se com as maiores quantidades desses trabalhadores ao final do período. Eunápolis, do território Costa do Descobrimento, tinha o número menos significativo de trabalhadores sem carteira assinada.

O conjunto de empregados sem carteira assinada destes municípios correspondia a 15,1% do total dos municípios não metropolitanos no início do período em análise, e ao final, eram 16,8%. Respectivamente, os trabalhadores por conta própria equivaliam a 19,7% e aumentaram para 21,6% e os Empre-

gados com carteira assinada representavam 26,2% e 34,5%, entre 2000 e 2010. Em todos eles, os municípios que se destacaram com as maiores quantidades das referidas posições ocupacionais foram Feira de Santana e Vitória da Conquista. Eunápolis, por sua vez, destacou-se com as menores quantidades.

TABELA 12

TOTAL DE OCUPADOS, POR POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO SELECIONADAS, SEGUNDO O RANKING DOS 10 MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS (*) CLASSIFICADOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E PROPORÇÃO DOS OCUPADOS DESSES MUNICÍPIOS NO TOTAL DAS OCUPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS BAHIA, 2000 E 2010

Município	Território de Identidade	Trabalhador doméstico com carteira assinada	Trabalhador doméstico sem carteira assinada	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta-própria	Empregado formal (1)
2000						
Feira de Santana	Portal do Sertão	2.406	12.810	38.527	50.188	64.041
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	1.119	6.967	27.614	27.379	31.617
Juazeiro	Sertão do São Francisco	549	3.157	13.407	16.924	23.558
Itabuna	Litoral Sul	1.379	5.111	13.726	15.946	27.428
Jequié	Médio Rio de Contas	573	3.620	11.704	13.958	16.735
Ilhéus	Litoral Sul	2.021	4.879	14.632	18.876	27.071
Teixeira de Freitas	Extremo Sul	481	2.790	10.301	9.714	12.831
Porto Seguro	Costa do Descobrimento	912	2.771	11.186	9.165	9.683
Barreiras	Oeste Baiano	556	3.276	13.748	11.951	16.414
Eunápolis	Costa do Descobrimento	326	2.101	8.197	6.902	9.609
Total dos municípios e territórios selecionados (A)		10.323	47.481	163.041	181.002	238.988
Total dos municípios não metropolitanos (B)		25.504	187.443	1.081.825	918.239	911.420
A/B (Em %)		40,5	25,3	15,1	19,7	26,2
2010						
Feira de Santana	Portal do Sertão	3.939	14.692	46.294	62.574	113.644
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	2.052	8.575	28.481	33.853	57.380
Juazeiro	Sertão do São Francisco	789	3.959	16.049	20.193	33.258
Itabuna	Litoral Sul	1.411	4.583	14.742	19.367	41.114
Jequié	Médio Rio de Contas	782	4.441	13.795	14.832	25.988
Ilhéus	Litoral Sul	1.889	4.288	13.558	17.887	33.474
Teixeira de Freitas	Extremo Sul	780	4.049	12.984	13.568	26.128
Porto Seguro	Costa do Descobrimento	900	3.141	12.495	13.857	23.741
Barreiras	Oeste Baiano	979	3.773	12.178	13.578	26.963
Eunápolis	Costa do Descobrimento	532	2.816	9.767	9.809	18.414
Total dos municípios e territórios selecionados (A)		14.053	54.316	180.344	219.518	400.103
Total dos municípios não metropolitanos (B)		30.305	230.748	1.072.526	1.016.945	1.160.248
A/B (Em %)		46,4	23,5	16,8	21,6	34,5

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: empregado formal = empregado com carteira de trabalho assinada e militares ou funcionários públicos estatutários.

(*) Os municípios foram ordenados, de forma decrescente, segundo os maiores contingentes de empregados sem carteira assinada no ano 2010.





Conclusão



O mercado de trabalho baiano caracteriza-se pela grande heterogeneidade em sua estrutura ocupacional, tendo elevada representatividade dos trabalhadores assalariados, seja por meio do emprego com carteira ou sem carteira assinada e pelas ocupações dos trabalhadores autônomos, por conta própria. Este mercado também é marcado pelos baixos níveis de escolaridade e renda e pela pouca proteção social.

Nos anos 2000, o mercado de trabalho do estado foi estimulado pelo crescimento econômico mais intenso do período entre 2004 e 2009, que promoveu o aumento do nível geral de empregos formais no país, bem como a retração generalizada do desemprego. Na Bahia, os empregos formais elevaram a sua participação de 28,5% para 35,3% do total da ocupação e a taxa de desocupação diminuiu de 18,4% para 10,9% entre 2000 e 2010. Com isso, as ocupações informais passaram a ter uma participação menor no total dos postos de trabalho gerados.

Entre 2000 e 2010, esses movimentos mais gerais do mercado de trabalho provocaram mudanças na composição da estrutura ocupacional do estado. Assim,

do total de ocupados, 24,1% eram formados por empregados com carteira assinada no início do período e aumentaram a sua participação para 31,1% do total, os 24,5% de empregados sem carteira assinada caíram para 22,0% e os 4,4% de militares e funcionários públicos estatutários reduziram-se para 4,2%. Já os 7,0% de trabalhador doméstico se mantiveram nesse patamar, enquanto os 25,0% de conta própria diminuíram para 22,6% e os 12,9% formados pelos trabalhadores não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo descenderam para 11,7%. Da mesma forma, os 2,1% de empregadores também diminuíram a sua participação para 1,4%, como pode se observar no Anexo 2.

Embora as ocupações informais tenham sido reduzidas na década analisada, juntas, ainda representavam 44,6% do total de ocupados na Bahia, em 2010. Essa situação é agravada ao se acrescentar a este percentual, mais 11,7%, formado por pessoas ocupadas na autoprodução e não remuneradas, que não possuem rendimento algum proveniente do trabalho.

O perfil dos trabalhadores baianos, por posição ocupacional, revelou as particu-

laridades de cada posição na ocupação e as desigualdades internas em cada tipo ocupacional, por sexo, idade e escolaridade. O critério de cor ou raça demonstrou o predomínio das pessoas negras em todas as posições ocupacionais, refletindo esta característica marcante na população residente baiana. No estudo, não foi feita uma análise das desigualdades internas a cada posição ocupacional, considerando o critério de cor ou raça, apesar de se reconhecer que estas disparidades são acentuadas no mercado de trabalho baiano e que podem ser objeto de discussão em um futuro estudo sobre a diversidade da estrutura ocupacional do estado.

O trabalho doméstico destacou-se como a posição ocupacional em que predomina a força de trabalho feminina no mercado de trabalho da Bahia. Esta é uma ocupação caracterizada por ser composta, principalmente, por mulheres, com faixas etárias mais elevadas da idade adulta e baixa escolaridade. No período, o perfil das trabalhadoras domésticas foi reforçado com a ampliação da contratação de mulheres com e sem carteira de trabalho assinada. O perfil etário revelou um processo de envelhecimento das mulheres que estão nesta categoria, através da redução das trabalhadoras mais jovens, aliada à elevação daquelas com mais idade. A escolaridade destas trabalhadoras nos níveis mais baixos continua expressiva, sendo que mais da metade das trabalhadoras domésticas tinham até o nível de ensino médio incompleto em 2010.

Nos empregados formais (empregados com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários) ocorre, por seu lado, o predomínio de homens, com idade entre 30 e 49 anos e com mais da metade de seus trabalhadores com o ensino médio completo e superior incompleto.

No que tange à distribuição das posições ocupacionais informais, por sexo, destaca-se que havia o predomínio de homens entre os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Ambos tinham percentuais significativos de seus trabalhadores com idades entre 30 e 49 anos e escolaridade até o nível médio incompleto.

Para os empregadores, principalmente de micro porte (de 1 a 5 empregados) e demais ocupados, a presença masculina também era majoritária. Os homens estão mais presentes entre os ocupados (63,4% contra 36,6%) fator importante para considerar sua maior representação em todas as posições ocupacionais, excetuando o trabalho doméstico.

Contudo, a proporção de homens aumentou apenas entre os empregados formais, no período, evidenciando o processo progressivo de aumento da participação feminina no mercado de trabalho baiano, ainda que de menor qualidade. Ou seja, os dados revelam o aumento da ocupação feminina nas ocupações informais e no trabalho doméstico, em detrimento do emprego formal.

Quando se comparou as ocupações informais com os empregados formais ou com carteira assinada, segundo atributos específicos, verificou-se que, em alguns casos, estes vínculos têm características de precariedade que os aproximam. Na condição de estudo e trabalho, para todas as posições havia percentuais de trabalhadores muito elevados somente trabalhando. A diferença é que as ocupações informais aumentaram as proporções de trabalhadores que só trabalhavam e os empregados com carteira assinada reduziram, ao passo que elevaram os percentuais de trabalhadores que combinam o trabalho e o estudo.

Setorialmente, o empregado formal começou o período com mais representatividade nos setores de Serviços e Agrícola e ao final dele, manteve-se mais presente nos setores de Serviços e na Indústria. Já os empregados sem carteira assinada, mantiveram-se, principalmente nos setores Serviços e Agrícola, com destaque para a sua participação na Indústria que mais que dobrou entre 2000 e 2010. Os conta própria também eram mais representados nos setores de Serviços e Agrícola e, ao final do período, passaram a ter como principais setores o Agrícola e o da Construção.

Aqui, duas questões chamaram a atenção: a primeira delas envolve a Indústria, que mesmo sendo um setor de atividade mais estruturado e com rendimentos mais elevados, tornou-se importante para a inserção dos empregados sem carteira assinada. Isso pode ser interpretado como um traço de precarização neste setor, que

passa a abrigar mais trabalhadores informais, do ponto de vista da proteção social.

A segunda questão compreende a Construção, que se torna um setor expressivo para a inserção de trabalhadores por conta própria. Nos últimos anos, este setor vem passando por um elevado dinamismo econômico, devido a inúmeras políticas do governo federal, sejam na área de construção residencial, pertencentes aos programas de moradia, ou através de grandes obras de infraestrutura, por meio de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, somam-se as iniciativas do setor privado, por conta da intensificação de construções imobiliárias. A análise indica que é preciso que as intervenções públicas fiquem atentas à qualidade dos postos de trabalho que estão surgindo, visando reduzir a geração de ocupações informais e precárias.

Quando se desagregou as atividades econômicas segundo as principais divisões da CNAE, viu-se que das 10 principais divisões em quantidades de empregados sem carteira assinada, de trabalhadores por conta própria e de empregados com carteira assinada, muitas estavam presentes nas três posições na ocupação mencionadas, independente se o vínculo de trabalho era formal ou informal. As divisões ligadas aos setores Agrícola, de Comércio e Serviços estavam presentes em todos, destacando-se, dentre outros, a agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados e o Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. As divisões de atividade dos empregados

com e sem carteira assinada tiveram quase 100% de sintonia e deve ser ressaltada a forte presença de empregados sem carteira assinada na administração pública, defesa e seguridade social, em 2010.

No que se refere aos rendimentos dos ocupados, constatou-se que os trabalhadores domésticos e empregados sem carteira assinada auferiam os menores rendimentos médios reais no estado, seguidos pelos trabalhadores por conta própria, que tinham os rendimentos mais próximos à média estadual total. Dos trabalhadores formais, os domésticos com carteira assinada registraram os rendimentos mais baixos, inclusive em relação aos conta própria. Esta diferença de rendimentos explica a fragilidade e desvalorização da atividade doméstica, que embora seja formalizada, possui ganhos mais próximos dos trabalhadores informais. Os maiores rendimentos médios reais pertenciam aos empregadores, superando os rendimentos dos empregados com carteira assinada e dos militares e funcionários públicos, mesmo sendo os únicos que tiveram redução de seus ganhos no período.

Referindo-se ao rendimento dos empregadores, empregados com carteira assinada e sem carteira e trabalhadores por conta própria dentro dos setores, nota-se que, para todas as posições ocupacionais os maiores rendimentos foram registrados no setor de Serviços. Já no setor Agrícola estavam os menores rendimentos para todas as referidas posições ocupacionais. Destacam-se os setores de Serviços e Construção, nos quais os ren-

dimentos médios reais dos trabalhadores por conta própria eram mais elevados do que os dos empregados com carteira assinada em 2010.

Ainda referindo-se aos rendimentos dos ocupados, identificou-se que o tipo de rendimento predominante para todos os trabalhadores baianos era o rendimento do trabalho principal, excetuando os trabalhadores não remunerados e os trabalhadores por conta própria, que tinham, basicamente, nos rendimentos de outras fontes, o seu sustento. Nesse tocante, ressalta-se que, entre 2000 e 2010, houve uma diminuição geral dos rendimentos provenientes do trabalho principal no total de rendimentos dos ocupados baianos, em contraposição aos aumentos nos rendimentos dos demais trabalhos e, sobretudo, nos rendimentos de outras fontes.

Buscou-se também a comparação entre os rendimentos dos empregados sem carteira assinada e entre os rendimentos dos conta própria em relação aos rendimentos dos empregados com carteira assinada, e se notou que os informais sem carteira possuíam uma situação de maior vulnerabilidade socioeconômica do que os conta própria, visto que os seus rendimentos equivaliam a proporções menores dos rendimentos dos empregados com carteira e do que as dos conta própria.

Um movimento positivo que atingiu tanto os empregados formais quanto os informais no período foi a diminuição da jornada de trabalho para uma quantidade de horas inferior à jornada máxima legal,

propiciada pelos movimentos diametralmente opostos nas faixas semanais de horas trabalhadas Mais de 40 horas (redução) e Até 20 horas (crescimento).

Deve-se ressaltar que, este movimento de redução da jornada, que se traduz em maior tempo para uso do trabalhador, não se refletiu em mais dedicação para elevação do nível de escolaridade, que ainda é baixa (predominância de ocupados com o ensino médio incompleto), visto que o número reduzido daqueles que combinam as condições de trabalho e estudo diminuiu em relação ao total dos ocupados no mercado de trabalho baiano durante a década de 2000. Diante disso, constata-se que o investimento em educação formal ainda não é prioridade do trabalhador, que está utilizando seu tempo a mais em outras atividades.

A contribuição previdenciária investigada pelo Censo refere-se apenas às posições ocupacionais que não têm contribuição compulsória, exceto os trabalhadores domésticos com carteira assinada. Por não levar em conta os empregados formais, cuja contribuição é de 100%, o percentual de contribuintes do total parcial do estado fica em um patamar muito baixo, visto que os trabalhadores domésticos e empregados sem carteira assinada e os conta própria não alcançavam mais de 15,0% de contribuição. Os empregadores sobressaíam-se, com mais de 50,0% deles contribuindo à previdência. No período, em todas as posições ocupacionais, houve aumento das contribuições.

No último capítulo se analisou a distribuição dos ocupados dentro do território baiano. A partir dessa análise se identificou que a maioria dos trabalhadores estava localizada na área urbana e na área não metropolitana. Os empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria, embora tenham registrado a maioria de seus ocupados como urbanos, ainda revelaram um percentual significativo de trabalhadores na área rural.

Já os empregados formais e trabalhadores domésticos com carteira assinada destacavam-se com os percentuais mais expressivos nas áreas urbana e metropolitana. Certamente, o emprego formal está mais concentrado nas regiões mais dinâmicas do ponto de vista econômico, nas quais está situada a sede da administração pública e o trabalho doméstico com carteira acaba por também se localizar nesses espaços, porque neles há uma maior circulação de renda entre as pessoas e famílias, que podem contratar esse tipo de serviço através do poder aquisitivo mais elevado.

No período, verificou-se uma leve desconcentração territorial das ocupações para as áreas não metropolitanas do estado, embora o Território Metropolitano de Salvador seja responsável pelo maior número de ocupados baianos. De maneira geral, constatou-se, que em 20 dos 27 territórios de identidade, havia uma alta participação de ocupações informais, correspondendo a mais de 45% do total de ocupados. No nível municipal, destacam-se os municípios de Feira de Santana e Vitória da Con-

quista, que foram os municípios de médio porte com as mais expressivas proporções de ocupações informais.

Com a caracterização detalhada do perfil dos ocupados e análise da heterogeneidade ocupacional na Bahia nos anos 2000, espera-se ter levantado elementos importantes para o debate sobre o tema da informalidade. O conhecimento da conformação atual do mercado de

trabalho na Bahia pode ser útil para a elaboração de políticas públicas de emprego e renda, além de auxiliar na discussão em torno da promoção do trabalho decente. Ao longo da abordagem, enfatizou-se uma série de características das ocupações informais dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria em oposição aos empregados formais, com vistas a explicitar as diferenças entre eles.

Glossário



PIA (População em Idade Ativa): abrange as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

PEA (Pessoas economicamente ativas): considera-se como economicamente ativa, na semana de referência, a pessoa com mais de 10 anos de idade, ocupada ou desocupada nessa semana.

Taxa de participação: proporção da PIA que está na PEA, como ocupada ou desocupada na semana de referência.

Pessoas não economicamente ativas: considera-se como não economicamente ativa, na semana de referência, a pessoa com mais de 10 anos de idade, que não era ocupada nem desocupada nessa semana.

Pessoa desocupada: considera-se como desocupada na semana de referência a pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que teve nesse período.

Pessoa ocupada: considera-se como ocupada na semana de referência, a pessoa

que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou a pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana. Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

Taxa de desocupação: proporção da PEA que está desocupada na semana de referência.

Data de referência: a investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência o dia 31 de julho de 2010.

Semana de referência: a investigação das características de trabalho teve como semana de referência a semana de 25 a 31 de julho de 2010.

Mês de referência: a investigação das características de rendimento teve como mês de referência o mês de julho de 2010.

Período de referência de 30 dias: a investigação da procura de trabalho teve como período de referência o período de 2 a 31 de julho de 2010.

Idade: a investigação foi feita por meio da pesquisa do mês e ano de nascimento. Para as pessoas que não sabiam o mês e o ano de nascimento, foi investigada a idade, na data de referência, em anos completos ou em meses completos para as crianças com menos de um ano. A idade foi calculada em relação à data de referência.

Cor ou raça: branca – para a pessoa que se declarou branca; preta – para a pessoa que se declarou preta; amarela – para a pessoa que se declarou de cor amarela (de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.); parda – para a pessoa que se declarou parda; ou indígena – para a pessoa que se declarou indígena ou índia.

Grau de escolaridade: Sem instrução e fundamental incompleto – para a pessoa que nunca frequentou escola ou creche, ou que: frequentava ou frequentou creche, curso pré-escolar, classe de alfabetização ou curso de alfabetização de jovens e adultos; frequentava curso de ensino fundamental; frequentou curso elementar; ou frequentou, mas não concluiu, curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo; fundamental completo e médio incompleto – para a pessoa que concluiu curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo; frequentava da 1ª a 3ª série

de curso de ensino médio; ou frequentou, mas não concluiu o ensino médio ou 2º grau; médio completo e superior incompleto – para a pessoa que frequentava a 4ª série do ensino médio; concluiu o ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo; ou frequentava ou frequentou, mas não concluiu, curso superior; superior completo – para a pessoa que concluiu curso superior; ou frequentava ou frequentou curso de mestrado, doutorado ou especialização de nível superior; ou não determinado – para a pessoa com informações que não permitissem a sua classificação.

Condição de ocupação: a pessoa foi classificada, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupada ou desocupada.

Condição de atividade: a pessoa foi classificada, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativa ou não economicamente ativa.

Posição na ocupação: considerou-se como posição na ocupação a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava. Foram definidas cinco categorias de posição na ocupação no trabalho principal: (1) Empregado – para a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadoria, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, vestuário, treinamento etc.). Nesta posição na ocupação incluíram-se: a pessoa que prestava o serviço

militar obrigatório; o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos; a pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou benefícios, em um ou mais domicílios; o aprendiz ou estagiário recebendo somente aprendizagem ou treinamento como pagamento; e a pessoa remunerada somente em benefícios (moradia, comida, roupas, treinamento etc.); (2) Conta própria – para a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado; (3) Empregador – para a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado; (4) Não remunerado – para pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de morador do domicílio que era conta própria, empregador ou empregado do setor privado; ou (5) Trabalhador na produção para o próprio consumo – para pessoa que trabalhou, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, na produção de bens, em atividade da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca ou aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Contribuição para instituto de previdência oficial: para a pessoa que era empregada sem carteira de trabalho assinada, conta própria ou empregadora no trabalho principal, foi pesquisado se era contribuinte do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Seguridade Social da

União ou de instituto de previdência social estadual ou municipal por esse trabalho ou por outro trabalho que tivessem na semana de referência.

INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor): é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Considera apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

Rendimento nominal mensal de outras fontes: considerou-se o rendimento nominal mensal habitual, no mês de referência, da pessoa de 10 anos ou mais de idade que não era oriundo de trabalho da semana de referência. Este rendimento foi a soma dos rendimentos mensais habituais, recebidos ou que a pessoa teria direito a receber, no mês de referência, oriundos de: 1) Aposentadoria ou pensão de Instituto de Previdência Oficial (federal, estadual ou municipal) – Rendimento mensal habitual, no mês de referência, de aposentadoria, jubilação, reforma ou pensão (deixada por pessoa da qual era beneficiária) de instituto de previdência oficial – Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL; 2) Programa Social Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Rendimento mensal habitual, no mês de referência, do Programa Bolsa Família (programa do governo federal, de transferência direta de rendimento com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza) ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (programa do governo federal que tem como objetivo contribuir para

a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no País, atendendo famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho); 3) Rendimento de outros programas sociais ou de transferência – Rendimento mensal habitual, no mês de referência, do Benefício Assistencial de Prestação Continuada – BCP-LOAS (Benefício que garante, pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, um salário mínimo mensal à pessoa idosa, de 65 anos ou mais de idade, ou ao portador de deficiência incapacitado para a vida independente e para o trabalho, sendo ambos impossibilitados de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família); seguro-desemprego (benefício integrante da seguridade social, garantido pela Constituição Federal e que tem por finalidade prover assistência financeira temporária

ao trabalhador dispensado do emprego); outro programa social de transferência de rendimento do governo federal, estadual ou municipal; doação ou mesada de não morador do domicílio (rendimento recebido em dinheiro, sem contrapartida de serviços prestados, de pessoa não moradora do domicílio); e pensão alimentícia (rendimento recebido para manutenção dos filhos e/ou da pessoa, pago pelo ex-cônjuge, de forma espontânea ou definida judicialmente); e 4) Outro rendimento – rendimento mensal habitual, no mês de referência, recebido a título de: aluguel, aposentadoria de previdência privada, juros de caderneta de poupança e de aplicação financeira, dividendos, parceria, direitos autorais e qualquer outro tipo de rendimento habitual não incluído nos itens descritos anteriormente.

Anexos



ANEXO 1

TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, PIA, PEA E NÃO PIA BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010

Recorte geográfico	Total da população		PIA		PEA		Não PIA	
	Nº ABS.	%	Nº ABS.	%	Nº ABS.	%	Nº ABS.	%
2000								
Bahia	13.085.769	7,7	10.389.119	7,6	5.613.079	7,2	2.696.650	8,2
Nordeste	47.782.487	28,1	37.565.737	27,4	19.477.471	25,1	10.216.750	31,1
Brasil	169.799.170	100,0	136.910.358	100,0	77.467.473	100,0	32.888.812	100,0
2010								
Bahia	14.016.906	7,3	11.764.109	7,3	6.555.397	7,0	2.252.797	7,8
Nordeste	53.081.950	27,8	44.217.039	27,3	23.106.950	24,7	8.864.911	30,8
Brasil	190.755.799	100,0	161.981.299	100,0	93.504.659	100,0	28.774.500	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

ANEXO 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO AS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO BAHIA, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010

Posições ocupacionais	2000			2010		
	Bahia	Nordeste	Brasil	Bahia	Nordeste	Brasil
Empregados	60,0	56,8	66,6	64,3	64,0	71,2
Empregados – com carteira de trabalho assinada	24,1	22,3	34,2	31,1	30,1	43,0
Empregados – sem carteira de trabalho assinada	24,5	22,0	18,7	22,0	22,1	15,9
Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	4,4	5,4	5,6	4,2	5,2	5,4
Trabalhador doméstico	7,0	6,7	7,6	7,0	6,7	6,9
Conta própria	25,0	26,3	23,5	22,6	22,9	21,5
Empregadores	2,1	1,9	2,9	1,4	1,3	2,0
Demais ocupados	12,9	15,4	7,5	11,7	11,8	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. / Elaboração: DIEESE.

Nota: Os demais ocupados são constituídos pelo somatório dos trabalhadores não remunerados em ajuda à membro do domicílio e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

ANEXO 3

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA PIA, PEA E NÃO PEA, POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA DE IDADE BAHIA, 2000 E 2010

Condição de atividade	Grupos de idade	2000			2010		
		Sexo		Total	Sexo		Total
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
PIA	10 a 14 anos	14,8	14,0	14,4	11,9	10,9	11,4
	15 a 17 anos	9,5	9,0	9,2	7,2	6,7	7,0
	18 a 24 anos	19,3	18,2	18,7	15,7	15,1	15,4
	25 a 29 anos	9,8	9,8	9,8	11,2	11,0	11,1
	30 a 39 anos	16,7	17,0	16,9	18,3	18,3	18,3
	40 a 49 anos	12,2	12,4	12,3	14,3	14,4	14,3
	50 a 59 anos	8,1	8,5	8,3	9,9	10,4	10,2
	60 anos ou mais	9,6	11,1	10,4	11,4	13,2	12,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PEA	10 a 14 anos	3,3	2,8	3,1	2,1	1,9	2,0
	15 a 17 anos	6,5	6,2	6,4	3,7	3,3	3,6
	18 a 24 anos	22,8	23,5	23,1	17,5	17,8	17,6
	25 a 29 anos	13,1	14,3	13,6	14,7	15,4	15,0
	30 a 39 anos	22,8	25,2	23,7	24,6	26,6	25,5
	40 a 49 anos	16,1	16,9	16,4	18,7	19,4	19,0
	50 a 59 anos	9,6	8,0	9,0	11,7	10,8	11,3
	60 anos ou mais	5,8	3,0	4,7	7,1	4,7	6,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NPEA	10 a 14 anos	37,9	22,0	27,6	30,1	18,8	23,2
	15 a 17 anos	15,4	11,0	12,6	13,7	9,7	11,2
	18 a 24 anos	12,3	14,3	13,6	12,5	12,7	12,6
	25 a 29 anos	3,1	6,6	5,3	4,8	7,2	6,3
	30 a 39 anos	4,6	11,1	8,8	6,8	10,9	9,3
	40 a 49 anos	4,3	9,2	7,5	6,1	9,9	8,4
	50 a 59 anos	5,1	8,9	7,6	6,7	10,1	8,8
	60 anos ou mais	17,2	17,0	17,1	19,5	20,7	20,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

ANEXO 4

DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DA PIA, PEA E NÃO PEA, SEGUNDO A COR OU RAÇA BAHIA, 2000 E 2010

Condição de atividade	Cor ou raça	2000			2010		
		Sexo		Total	Sexo		Total
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
PIA	Negro	3.798.549	3.820.811	7.619.360	4.431.944	4.595.645	9.027.589
	Não negro	1.229.240	1.393.889	2.623.129	1.274.602	1.410.680	2.685.281
	Ignorado	45.880	46.267	92.146	2.229	2.338	4.567
	Total (*)	5.099.934	5.289.185	10.389.119	5.732.197	6.031.912	11.764.109
PEA	Negro	2.541.109	1.615.690	4.156.799	2.873.646	2.160.820	5.034.466
	Não negro	813.451	565.125	1.378.575	838.274	655.991	1.494.265
	Ignorado	28.547	18.084	46.631	-	-	-
	Total (*)	3.400.931	2.212.149	5.613.079	3.727.909	2.827.488	6.555.397
NPEA	Negro	1.257.440	2.205.121	3.462.561	1.558.298	2.434.825	3.993.123
	Não negro	415.789	828.764	1.244.553	436.328	754.689	1.191.017
	Ignorado	17.333	28.183	45.516	2.229	2.338	4.567
	Total (*)	1.699.004	3.077.036	4.776.040	2.004.288	3.204.424	5.208.712

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. / Elaboração: DIEESE.

Nota: Os negros são formados pela agregação das pessoas de cor preta e parda e os não negros, pelos de cor branca e amarela. Os totais incluem as pessoas de raça (etnia) indígena.

ANEXO 5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADORES COM ATÉ 5 EMPREGADOS,
SEGUNDO O SEXO E A FAIXA ETÁRIA
BAHIA, 2000 E 2010

Atributos pessoais selecionados	Empregadores com até 5 empregados	
	2000	2010
Sexo	100,0	100,0
Masculino	73,1	66,1
Feminino	26,9	33,9
Faixa etária	100,0	100,0
Até 17 anos	0,3	0,6
De 18 até 24 anos	4,9	5,1
De 25 até 29 anos	9,9	9,7
De 30 até 39 anos	31,6	27,0
De 40 até 49 anos	27,8	29,2
De 50 até 59 anos	16,2	18,3
60 anos ou mais de idade	9,4	10,2

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

ANEXO 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR CONDIÇÃO DE TRABALHO
E ESTUDO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BAHIA, 2000 E 2010

Posições ocupacionais	Período	Condição de trabalho e estudo		Total
		Estuda e trabalha	Somente trabalha	
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	2000	20,7	79,3	100,0
	2010	11,8	88,2	100,0
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	2000	35,6	64,4	100,0
	2010	12,4	87,6	100,0
Empregado com carteira de trabalho assinada	2000	12,9	87,1	100,0
	2010	19,9	80,1	100,0
Empregado sem carteira de trabalho assinada	2000	23,8	76,2	100,0
	2010	17,6	82,4	100,0
Empregador	2000	4,3	95,7	100,0
	2010	10,6	89,4	100,0
Conta-própria	2000	10,9	89,1	100,0
	2010	8,1	91,9	100,0
Trabalhador não remunerado	2000	49,4	50,6	100,0
	2010	43,8	56,2	100,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2000	23,3	76,7	100,0
	2010	21,4	78,6	100,0
Militar ou Funcionário público estatutário	2000	15,1	84,9	100,0
	2010	18,0	82,0	100,0
Total	2000	19,2	80,8	100,0
	2010	15,3	84,7	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

ANEXO 7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR POSIÇÕES OCUPACIONAIS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE BAHIA, 2000 E 2010

Sector de atividade econômica	Empregado formal	Empregado sem carteira assinada	Conta-própria	Trabalhadores domésticos	Empregadores	Demais posições ocupacionais	Total
2000							
Agrícola	21,7	34,5	32,0	-	10,7	57,7	29,7
Indústria	11,2	8,4	7,7	-	11,9	0,4	7,7
Construção	6,1	10,8	7,6	-	4,1	1,7	6,7
Comércio e reparação	4,3	4,6	8,7	-	10,5	-	4,8
Serviços (*)	56,6	41,6	43,9	100,0	62,7	40,2	51,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2010							
Agrícola	5,6	29,1	31,4	-	8,0	88,6	26,0
Indústria	21,2	17,9	17,0	-	12,1	1,5	15,6
Construção	16,5	16,7	24,2	-	42,0	3,0	15,9
Comércio e reparação	3,7	4,3	4,4	-	7,3	1,0	3,5
Serviços (*)	52,9	32,0	23,0	100,0	30,6	5,9	39,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE. Elaboração: DIEESE.

Nota: Empregado formal = empregados com carteira assinada + militares e funcionários públicos estatutários e Demais posições ocupacionais = trabalhador não remunerado + trabalhador na produção para o próprio consumo. Setor de Serviços = Transporte, armazenagem e comunicação + Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

ANEXO 8

DISTRIBUIÇÕES ABSOLUTA E RELATIVA DOS OCUPADOS, SEGUNDO AS 10 DIVISÕES DA CNAE COM A MAIOR QUANTIDADE DE OCUPADOS BAHIA, 2000 E 2010

Divisão CNAE	2000		Divisão CNAE	2010	
	Número de ocupados na divisão CNAE	Em %		Número de ocupados na divisão CNAE	Em %
01 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	1.358.987	29,7	01 Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	1.454.777	24,9
02 Correio e outras atividades de entrega	584.620	12,8	02 Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	820.554	14,0
03 Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	322.482	7,0	03 Serviços domésticos	408.078	7,0
04 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	305.146	6,7	04 Serviços especializados para construção	384.931	6,6
05 Atividades de vigilância, segurança e investigação	288.023	6,3	05 Educação	341.006	5,8
06 Atividades veterinárias	226.920	5,0	06 Administração pública, defesa e seguridade social	305.206	5,2
07 Alojamento	221.720	4,8	07 Atividades mal definidas	304.735	5,2
08 Atividades de rádio e de televisão	140.695	3,1	08 Transporte terrestre	172.178	2,9
09 Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	139.138	3,0	09 Atividades de atenção à saúde humana	172.161	2,9
10 Educação	106.746	2,3	10 Alimentação	170.993	2,9
Total nas 10 divisões	3.694.478	80,6	Total nas 10 divisões	4.534.618	77,6
Total de ocupados	4.581.594	100,0	Total de ocupados	5.841.078	100,0

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.

Elaboração: DIEESE.

ANEXO 9

VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO PRINCIPAL,
DOS DEMAIS TRABALHOS E DE OUTRAS FONTES
BAHIA, 2000 E 2010

Posição na ocupação	2010/2000		
	Var. % dos rendimentos no trabalho principal	Var. % dos rendimentos nos demais trabalhos	Var. % dos rendimentos de outras fontes
Trabalhador doméstico com carteira assinada	-2,5	37,5	33,9
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	-14,9	88,9	194,0
Empregado com carteira assinada	-5,1	2,6	77,6
Empregado sem carteira assinada	-5,5	69,2	45,7
Empregador	-7,5	11,6	81,3
Conta-própria	-6,7	46,2	47,5
Trabalhador não remunerado	-	-21,4	0,3
Trabalhador na produção para o próprio consumo	-	0,0	18,9
Militar ou Funcionário público estatutário	-5,3	19,0	44,9
Total	-6,6	23,5	59,5

Fonte: microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010/IBGE.
Elaboração: DIEESE.

Referências Bibliográficas



DIEESE. Heterogeneidade da estrutura ocupacional e condições de trabalho: a informalidade na região metropolitana de Curitiba na década de 2000. Curitiba: DIEESE, dezembro de 2011. 39 páginas.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012. Capítulos 7, p. 145-163 e 8, p. 165-185.

GONZALEZ, Roberto; SILVA, Sandro. Debatendo a dicotomia formal/informal: em busca de uma interpretação sistemática do mercado de trabalho brasileiro. João Pessoa: Universitária, 2011. p. 229-254.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. In: GALIZA, 2011, p. 412.

MAIA, R.; GARCIA, L. Informalidade atualizada: análise das regiões metropolitanas e Distrito Federal no período 1999 a 2009. FUNDAJ. No prelo.

OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. / José Ribeiro Soares Guimarães. Brasília: OIT, 2012. 376 p.

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



SECRETARIA DO TRABALHO,
EMPREGO, RENDA E ESPORTE



9 788565 194702